



POBREZA E EXCLUSÃO
SOCIAL EM PORTUGAL
RELATÓRIO 2024

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Pobreza e Exclusão Social. Relatório 2024

AUTOR

Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza

EDIÇÃO

EAPN Portugal

Rua de Costa Cabral, 2368
4200-218 Porto — Portugal

T. 225 420 800

geral@eapn.pt • onpobreza@eapn.pt

www.eapn.pt • <https://on.eapn.pt/>

DATA DE EDIÇÃO

2024

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

RELATÓRIO 2024

ÍNDICE

Sumário executivo	05
01. Risco de Pobreza ou Exclusão Social	09
Na ótica do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (2023) em Portugal	
02. Rendimento, Trabalho e Privação	11
As dimensões do Risco de Pobreza ou Exclusão Social	
A Dimensão do Rendimento — Risco de Pobreza ou Pobreza Monetária	
A Dimensão do Trabalho — Intensidade Laboral Muito Reduzida	
A Dimensão da Privação — Material e Social Severa	
03. Os grupos sociais vulneráveis ao risco de PES	16
As mulheres	
As crianças e jovens (até aos 18 anos)	
As pessoas idosas (65 ou mais anos)	
A composição das famílias: unipessoais e monoparentais	
Os baixos níveis de escolaridade	
A condição perante o trabalho: emprego, desemprego e inatividade	
A nacionalidade de origem: população estrangeira	
O regime de ocupação da habitação: população arrendatária	
04. A vulnerabilidade dos territórios ao risco de PES.....	27
05. Com menos de 591€ por mês... ..	33
Caraterização da população abaixo do limiar de pobreza	
06. A heterogeneidade da privação material e social	38
07. Portugal e a União Europeia.....	40
Enquadramento dos indicadores de Pobreza ou Exclusão Social	

Sumário Executivo

O Relatório Pobreza e Exclusão Social em Portugal - 2024 oferece uma análise detalhada da situação de risco de pobreza ou exclusão social (PES), com base nos dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) de 2023. O relatório abrange os principais indicadores definidos pela Estratégia Europa 2030, apresentando as suas principais tendências, identificando grupos sociais vulneráveis e discutindo as disparidades regionais observadas em Portugal.

Risco de Pobreza ou Exclusão Social

Em 2023, a taxa de risco de pobreza ou exclusão social mantém o valor face a 2022 (20,1%), mas é acompanhada do aumento efetivo de

20 mil pessoas em situação de risco de pobreza ou exclusão social face ao ano anterior, cifrando-se em 2,104 mil pessoas. Portanto, em 2023, este indicador parece apontar para uma dinâmica de estagnação, no que concerne à sua taxa face ao ano precedente, e para um potencial aumento, no que respeita ao número de pessoas em risco pobreza ou exclusão social.

Risco de Pobreza ou Pobreza Monetária

Em 2023 (considerando rendimentos de 2022), a taxa de risco de pobreza correspondia à proporção de pessoas com rendimentos monetários líquidos por adulto equivalente inferiores a 7 095€ euros/ano ou 591€/mês. Portugal registou uma taxa de risco de pobreza de 17%, abran-

gendo 1 781 milhares de pessoas, sinalizando um aumento de 0,6 p.p. e abrangendo mais 85 mil pessoas, face ao ano precedente. Esta taxa de risco de pobreza é calculada após transferências sociais, ou seja, integrando as prestações relativas às situações de doença e incapacidade, família, desemprego e inclusão social e contribui para uma redução adicional do risco de pobreza de 4,2 p.p. (de 21,2% para 17,0%). No contexto europeu, apenas na Roménia se observa um impacto mais reduzido do que o português, nos efeitos objetivos das transferências sociais para a redução do risco de pobreza. A análise do risco de pobreza complementa-se por via dos indicadores que permitem caracterizar os níveis de (des)igualdade observados na estrutura de distribuição de rendimentos: o Coeficiente de Gini e os rácios S80/S20 e S90/S10, que, em 2023, apontam para um aumento da desigualdade na distribuição dos rendimentos.

Grupos sociais vulneráveis

Os dados do último inquérito revelam que o perfil social de vulnerabilidade acrescida ao risco de pobreza ou exclusão social em Portugal se mantém praticamente inalterado. Considerando por ordem decrescente as taxas de risco de pobreza ou exclusão significativamente superiores à média nacional (20,1%), destacam-se os seguintes grupos sociais: 1) pessoas em situação de desemprego (59,2%); 2) arrendatárias/os com renda a preço reduzido ou gratuita (40,5%); 3) pessoas fora do mercado de trabalho (excluindo desempregadas/os e reformadas/os) (36,6%); 4) famílias monoparentais (compostas por um adulto e pelo menos uma criança dependente) (35,5%); 5) famílias unipessoais, designadamente, compostas por mulheres (31%) ou por mulheres ou homens com 65 anos ou mais (30,6%) e 6) população estrangeira de nacionalidade extracomunitária (28,6%).

Num ano em que a taxa de risco de pobreza ou exclusão social se mantém num nível idêntico ao ano precedente (20,1%) são de destacar a dinâmicas de crescimento deste risco entre: as famílias unipessoais compostas por homens com 65 ou mais anos (aumento de 27%); as crianças com menos de 6 anos (aumento de 22,7%) e as

pessoas que vivem em alojamentos arrendados, nomeadamente com renda a preço reduzido ou gratuito (aumento de 19,8%). Protagonizando movimentos de ordem inversa, registam-se as diminuições mais expressivas da taxa de risco de pobreza ou exclusão social junto de: proprietárias/os com hipoteca ou crédito à habitação (diminuição de 27,6%); famílias compostas por dois adultos até aos 64 anos de idade (diminuição de 17,7%) e população estrangeira de nacionalidade extracomunitária (diminuição de 17,3%).

Intensidade Laboral per capita Muito Reduzida

Os últimos dados apontam para um aumento de 0,7 p.p. da taxa de intensidade laboral *per capita* muito reduzida, cifrando-se em 6,3% e abrangendo quase meio milhão de pessoas (486 milhares). Este indicador apresenta uma tendência notoriamente decrescente entre 2015 e 2020, registando nesse ano a taxa mais baixa do período em análise (5%) e o número mais reduzido de pessoas nessa situação (380 milhares), descrevendo assim um decréscimo na ordem dos 50%. Contudo, essa dinâmica parece ter sido interrompida e, desde 2021, que se registam ligeiros, mas continuados aumentos dos agregados familiares com intensidade laboral muito baixa.

Privação Material e Social Severa

O indicador aponta para uma ligeira diminuição face ao ano anterior (menos 0,4 p.p.) da proporção de indivíduos que se encontravam em *privação material e social severa* (4,9%), representando cerca de meio milhão de pessoas (498 mil). Desde 2015, Portugal regista um significativo decréscimo da *taxa de privação material e social severa* (menos 6 p.p.) e uma correspondente contração do número de pessoas nessa situação (menos 631 milhares).

Vulnerabilidade Territorial

Em 2023, as Regiões Autónomas dos Açores (RAA) e da Madeira (RAM continuaram a apre-

sentar os maiores níveis de vulnerabilidade ao risco de pobreza ou exclusão social. A RAA registou uma taxa de 31,4% de risco de pobreza ou exclusão social, destacando-se como o território mais vulnerável do país, com um aumento de 1,1 pontos percentuais (p.p.) face ao ano anterior. A taxa de pobreza monetária na RAA também subiu para 26,1%, enquanto a *privação material e social severa* alcançou 12%, mais do que o dobro da média nacional. Embora a RAM também mostre uma elevada vulnerabilidade, apresenta uma situação atual mais positiva e uma trajetória um pouco diferente da sua congénere insular. Assim, em 2023, os indicadores sobre o risco de pobreza ou exclusão social (28,1%) colocam a RAM na segunda posição de maior vulnerabilidade nacional, logo a seguir à RAA. Contudo, ao contrário da RAA, no presente inquérito observam-se dinâmicas de variação anual decrescente ao nível de todos os indicadores.

Nas Regiões do território Continental, em 2023, à semelhança de anos anteriores, as Regiões do Norte e do Algarve destacam-se com as mais elevadas taxas de risco de pobreza ou exclusão social (22,0% e 22,6%, respetivamente) e risco de pobreza monetária (18,8% e 19,7%, respetivamente). Já no que concerne à intensidade laboral *per capita* muito reduzida e à privação material e social severa, a AML surge, pela primeira vez, com os valores mais elevados registados no Continente, 8,3% para o primeiro indicador (seguinto-se a Região Centro, com 6,5%) e 5,3% para o segundo (sendo perfilada pela Região Norte, com 5,2%). Neste ano, a AML regista ainda um crescimento assinalável na sua taxa de risco de pobreza ou exclusão social (18,3%, representando um acréscimo de 3,8 p.p.) e, muito particularmente, na sua taxa de risco de pobreza monetária (14,7%, representando um acréscimo de 4,3 p.p.).

População Abaixo do Limiar de Pobreza

Em 2023, 1,78 milhões de pessoas em Portugal viviam com menos de 591€ por mês, sendo a maioria mulheres (54%). Mais de metade da população em risco de pobreza tem entre 18 e

64 anos, 24% são idosas/os (65 ou mais anos) e 19,5% são crianças (menos de 18 anos). As famílias com crianças dependentes representam a maior parte dos agregados em situação de pobreza (56,7%). Dentro desta categoria, destacam-se as famílias alargadas, designadamente do tipo *três ou mais adultos com crianças dependentes* (22,4%) e, com uma menor expressão, a tipologia dois adultos e três ou mais crianças dependentes (10,7%). Cerca de 43,3% das pessoas abaixo do limiar de pobreza vivem em agregados sem crianças dependentes, perfilando-se, por ordem decrescente, as tipologias que respeitam a um adulto (14,3%), dois adultos (12,7%) e três adultos (8,9%). Da análise da distribuição das crianças em situação de pobreza, pelo nível de escolaridade dos pais, conclui-se que 51,7% das crianças em situação de pobreza têm pais que possuem, no máximo, ensino básico e apenas 16,3% têm pais com o ensino superior (as crianças sem risco de pobreza têm proporções quase opostas: os pais de 18,5% destas crianças têm, no máximo, o ensino básico e 51,4% têm o ensino superior). Cerca de metade da população adulta, com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos de idade, abaixo do limiar de pobreza encontra-se *desempregada* (23,6%) ou, por diferentes motivos, considerada *fora do mercado trabalho* (26,9%). Contudo, estar *em emprego* não se revela suficiente para quase metade das pessoas que vivem abaixo do limiar de pobreza (46,2%) e que se encontram a *trabalhar por conta de outrem* (33,6%) ou por conta própria (12,2%). A estrutura ocupacional da população que vive abaixo do limiar de pobreza é predominantemente constituída por pessoal dos *serviços e vendedoras/es* (24,3%), *operários/as, artífices e trabalhadores/as similares* (19,5%) e *trabalhadores/as não qualificadas/os* (16,4%). Em 2023, 41% das pessoas abaixo do limiar de pobreza viviam em *áreas densamente povoadas*, correspondendo a um aumento de 18,5% face ao ano anterior.

Dimensões de privação material e social

Em 2023, 4,9% da população portuguesa vivia em situação de *privação material e social severa*, um decréscimo de 7,5% face a 2022, refletindo

melhorias no acesso a bens e serviços essenciais. No entanto, quando se analisa o indicador menos agravado de privação - a *privação material e social* em geral - constata-se que essa situação abrange 12% da população, com uma redução bem menos significativa face a 2022 (-0,8%). A privação afeta desigualmente a população, sendo mais acentuada entre pessoas com 65 ou mais anos (15,3%), especialmente mulheres (17%). O inquérito de 2023 destaca que 39,8% das famílias não conseguem substituir mobiliário usado e 38,9% não podem pagar férias fora de casa, ambos com aumentos face a 2022. Além disso, 30,5% das famílias não conseguem cobrir despesas inesperadas, e 20,8% não conseguem manter a casa adequadamente aquecida. Por outro lado, verificou-se uma diminuição, de 6,1% para 5,2%, no número de famílias que declaram atrasos em pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal.

Comparação e enquadramento europeu

Entre 2015 e 2023, Portugal apresentou uma redução significativa do risco de pobreza ou exclusão social, enquadrando-se no grupo de países que mais progrediram neste indicador na União Europeia (UE-27). Nesse período, enquanto a UE-27 registou uma diminuição média de 11,3%, Portugal alcançou uma redução de 23,9%, ficando atrás de países como Hungria, Bulgária, Roménia, Chipre e Irlanda. Em 2023, a taxa de risco de pobreza ou exclusão social em Portugal (20,1%) situa-se abaixo da média europeia (21,3%), mas mais de 2 milhões de pessoas continuam a viver nesta situação de vulnerabilidade. No que toca à pobreza monetária, Portugal também registou uma queda de 12,8%, embora as taxas de risco continuem acima da média europeia (em 2023, Portugal regista uma taxa de 17% para uma média europeia de 16,4%). Estes avanços colocam Portugal numa trajetória positiva, embora com a necessidade de esforços adicionais para alcançar as metas estabelecidas pela Estratégia Europa 2030. Note-se que a meta europeia de reduzir

a pobreza ou exclusão social em 15 milhões de pessoas até 2030 enfrenta sérias dificuldades, nomeadamente por via do aumento do risco de pobreza ou exclusão pobreza, entre 2015 e 2023, em países como França e Alemanha.

01

Risco de Pobreza ou Exclusão Social

Na ótica do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (2023) em Portugal

Pobreza e Exclusão Social em Portugal — Relatório 2024 baseia-se nos dados decorrentes da aplicação do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR)/*European Union Statistics on Income and Living Conditions* (EU-SILC) e divulgados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e pelo EUROSTAT. O questionário foi aplicado no ano de 2023 e utilizou o ano precedente (2022) como referência para as questões associadas à dimensão *rendimento* e do *trabalho* dos agregados familiares. Este critério influencia decisivamente a formação dos indicadores associados à *taxa de risco de pobreza* e à *intensidade laboral per capita muito reduzida* e, conseqüentemente, reflete-se também na *taxa de risco de pobreza ou exclusão social*. A *taxa de risco de pobreza* calcula-se a partir da definição anual da linha ou limiar de pobreza, ou seja, da percentagem da população cujo rendimento monetário é inferior a 60% do ren-

dimento mediano disponível (após transferências sociais) por adulto equivalente. Portanto, é um indicador exclusivamente sensível à variável rendimento e que, no caso deste Relatório, tem como referência o ano de 2022. Por seu turno, também a *intensidade laboral per capita muito reduzida*, abrangendo a proporção de indivíduos com menos de 60 anos que viviam em agregados familiares cujos adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho potencial, assume como referência o ano do rendimento, por seja, 2022. Assim, o *risco de pobreza ou exclusão social* integrando na sua formação, entre outros indicadores, a proporção da população que se encontra abaixo da linha pobreza e/ou que se inscreve na situação abrangida pela *intensidade laboral per capita muito reduzida*, nos termos anteriormente referidos, não deixa de refletir uma realidade cronologicamente desfazada daquela a que formalmente reporta.

Há, portanto, que sublinhar algumas das condições metodológicas inerentes à formação dos indicadores relativos às condições de vida e rendimento da população, para explicar o anátema da desatualização dos dados inerente à análise e compreensão da pobreza e da exclusão social. Assim, no Dia Internacional da Erradicação da Pobreza de 2024, este relatório mobiliza os dados mais recentes sobre o fenómeno, recolhidos em 2023 e incidindo parcelarmente na realidade da população de 2022. Não obstante as limitações dos dados do ICOR/EU-SILC para compreender a pobreza e a exclusão social na sua feição mais atual, reconhece-se a virtualidade do carácter longitudinal destes dados e a sua capacidade em oferecer uma leitura sobre a evolução destes fenómenos e em identificar alguns padrões no contexto português e europeu. Para tal, este relatório inicia a sua análise com a secção *Rendimento, Trabalho e Privação — as dimensões do risco de Pobreza ou Exclusão Social*, mobilizando os principais indicadores referenciados no âmbito da Estratégia Europa 2030, nomeadamente: a taxa de risco de pobreza ou exclusão social; a taxa de risco de pobreza monetária, discutindo-se neste ponto o contributo das transferên-

cias sociais para a configuração do fenómeno e a evolução dos indicadores de desigualdade de distribuição de rendimento (Coeficiente de Gini e rácios S80/S20 e S90/S10); a intensidade laboral *per capita* muito reduzida e a taxa de provação material e social severa. Prossegue-se com uma análise do perfil da vulnerabilidade ao risco de pobreza ou exclusão social atendendo, na secção 3, ao perfil de determinados grupos sociais e, na secção 4, à especificidade dos territórios (regiões NUTS II). Na secção 5, *Com menos de 591€ por mês... caracterização da população abaixo do limiar de pobreza*, a atenção encontra-se direcionada para a análise da composição social da população que se encontra em risco de pobreza. Na secção 6, aprofundam-se as especificidades e assimetrias que se encontram subjacentes à formação dos indicadores compósitos de privação material e social, procurando discernir as dimensões de privação que se afirmam de forma mais e menos expressiva. Finalmente, o relatório conclui-se com uma breve secção de enquadramento do desempenho português, no quadro da UE-27, no que concerne à evolução dos riscos de pobreza ou exclusão social e pobreza monetária.

02

Rendimento, Trabalho e Privação

As dimensões do risco de Pobreza ou Exclusão Social (PES)

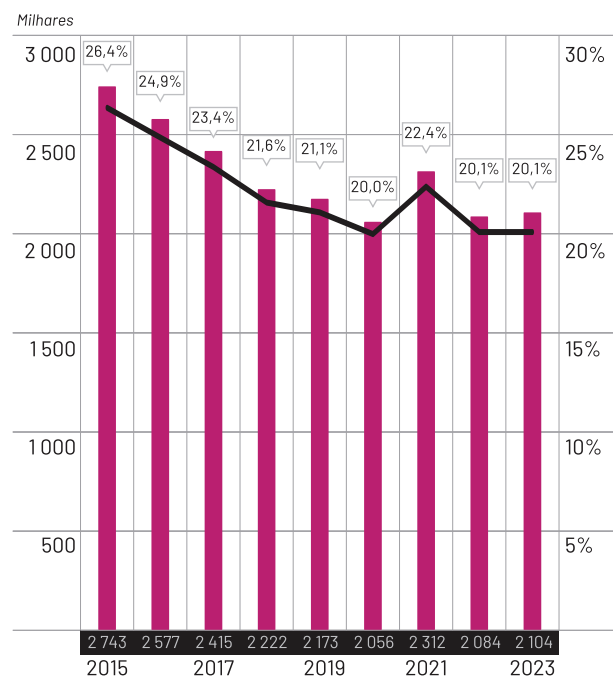
Em consonância com o que se encontra definido na Estratégia Europa 2030, o risco de pobreza ou exclusão social conjuga situações e condições de pobreza monetária (dimensão rendimento), intensidade laboral per capita muito reduzida (dimensão trabalho) e de privação material e social severa (dimensão privação). Este indicador assume como referência o ano a que respeita a situação de privação e material severa, apesar de o limiar de pobreza e da intensidade laboral per capita muito reduzida serem calculados com base nos rendimentos e na situação face ao trabalho do ano precedente. Assim, em 2023, a taxa de pobreza ou exclusão social de Portugal situava-se em 20,1%, correspondendo a 2,104 milhares de pessoas em risco de pobreza ou a viver em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida ou em situação de privação material e social severa.

Entre 2015 e 2023, regista-se uma tendência de feição decrescente da taxa de risco de pobreza ou exclusão social, traduzida numa diminuição global de 6,3 pontos percentuais (p.p.) (Gráfico 1). Essa tendência é contrariada em 2021, ano que coincide com o impacto mais severo e alargado da situação originada pela pandemia Covid-19 e passível de se refletir nos indicadores em análise. Em 2023, a taxa de risco de pobreza ou exclusão social mantém o valor face a 2022, mas é acompanhada do aumento efetivo de 20 mil pessoas em situação de risco de pobreza ou exclusão social. Portanto, em 2023, este indicador parece apontar para uma dinâmica de estagnação, no que concerne à sua taxa face ao ano precedente, e para um potencial aumento, no que respeita ao número de pessoas em risco pobreza ou exclusão social. Note-se que, no período em análise, apenas no ano de 2021 e agora, em 2023, se observam aumentos do número de pessoas em situação risco de pobreza ou exclusão social e que

também nesse período esta situação afeta sempre mais de 2 milhões de pessoas.

01 RISCO DE POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL

PORTUGAL (2015-2023 | % E MILHARES)



Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_peps01n]

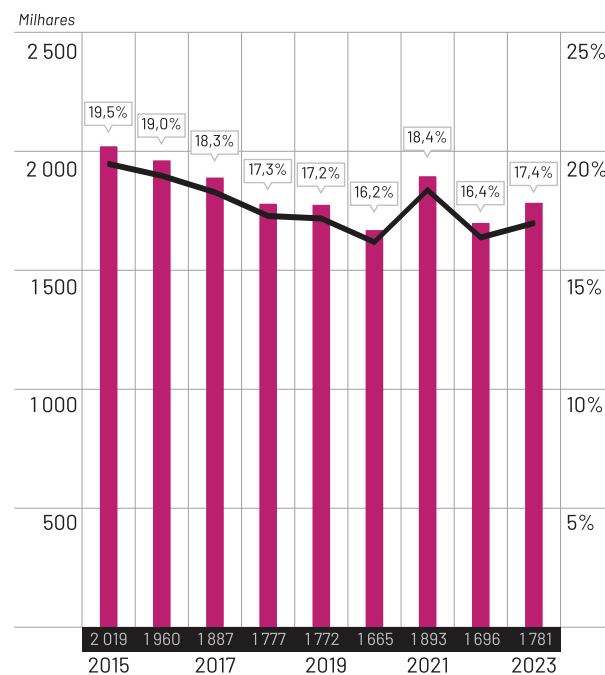
A Dimensão do Rendimento - Risco de Pobreza ou Pobreza Monetária

Em 2023 (considerando rendimentos de 2022), a taxa de risco de pobreza correspondia à proporção de pessoas com rendimentos monetários líquidos por adulto equivalente inferiores a 7 095€ euros/ano ou 591€/mês (valor equivalente a 60% da mediana — 11 825€ — da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes). Assim, Portugal registou uma taxa de risco de pobreza de 17%, abrangendo 1,781 milhares de pessoas (Gráfico 2). Apesar do aumento do rendimento monetário líquido, por via dos acréscimos dos rendimentos do trabalho por conta de outrem e de pensões, esta taxa de risco de pobreza sinaliza um aumento de 0.6 p.p. e abrange mais 85 mil pessoas, face ao ano

precedente. Mais, considerando a taxa de intensidade da pobreza que, no ano em análise, ascendeu a 25,6%, descrevendo, assim, um aumento na ordem dos 3.9 p.p. face ao ano transato, é possível afirmar que se agravou o nível de insuficiência de recursos das pessoas em situação de pobreza.

02 RISCO DE POBREZA

PORTUGAL (2015-2023 | % E MILHARES)

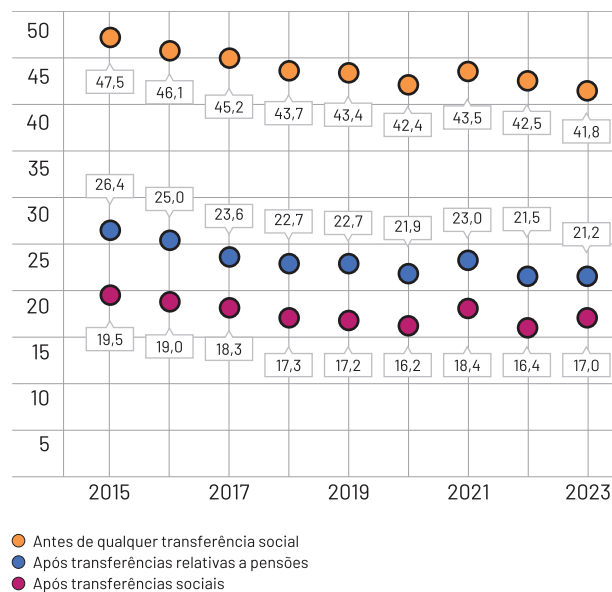


Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc.li02]

A taxa de risco de pobreza pode ser ainda aferida por relação ao peso das transferências sociais (Gráfico 3). Em 2023, 41,8% da população residente em Portugal estaria em risco de pobreza se apenas se considerassem os rendimentos do trabalho, do capital e das transferências privadas (*taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social*). Este valor desce significativamente (-20,6 p.p.) quando é considerado *após transferências relativas a pensões* (incluindo os rendimentos provenientes de pensões de reforma e sobrevivência), cifrando-se em 21,2%. Entre 2015 e 2023, assinala-se a manutenção do contributo das transferências relativas a pensões para a redução da taxa de risco de pobreza na ordem dos 21%, aproximadamente (registando-se, ainda assim, uma variação negativa de 2,6%). No mesmo período, destaca-se, sobretudo, a acentuada diminuição das demais transferências sociais para a redução da pobre-

za: foi de 6,9 p.p., em 2015, e 4,2 p.p., em 2023, representando uma diminuição na ordem dos 39%. No contexto europeu, tendo por referência os dados do último inquérito, Portugal e a Grécia ocupam o segundo lugar dos países em que se regista o menor impacto das transferências sociais (excluindo as pensões de reforma e de sobrevivência) na redução da taxa de risco de pobreza, apenas ultrapassados pelo impacto ainda menor registado na Roménia. Portanto, reconhecendo o incontornável contributo das prestações sociais para a redução do risco de pobreza, sublinha-se, no caso português, a amplitude de progressão que os indicadores mostram ser possível realizar a esse nível.

03 RISCO DE POBREZA E TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS
PORTUGAL (2015-2023 | %)



Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_li02; ilc_li09; ilc_li10]

A análise do risco de pobreza complementa-se por via dos indicadores que permitem caracterizar os níveis de (des)igualdade observados

na estrutura de distribuição de rendimentos: o Coeficiente de Gini e os rácios S80/S20 e S90/S10, que, em 2023, apontam para um **aumento da desigualdade na distribuição dos rendimentos**. O Coeficiente de Gini, considera a integralidade da distribuição dos rendimentos e reflete as diferenças observadas entre todos os grupos populacionais, regista um valor de 33,7%, mais 1;7 p.p. do que no ano anterior (32,0%). O rácio S80/S20 - compara a soma do rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com maiores recursos com a soma do rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com menores recursos — aumentou 9,5% (de 5,1 em 2022, para 5,6 em 2023). O rácio S90/S10 - mede a distância entre o rendimento monetário líquido equivalente dos 10% da população com maiores recursos e o rendimento dos 10% da população com mais baixos recursos — cifrou-se em 9,7, representando um aumento de 15,4% face ao ano anterior (8,4). Entre 2015 e 2020, os indicadores parecem convergir para um cenário de lenta, mas progressiva redução nos níveis de desigualdade da distribuição de rendimento, com o Coeficiente de Gini a registar uma diminuição de 8,2%, o rácio S80/S20 a acompanhar essa dinâmica, com uma redução de 16% e o rácio S90/S10 a reforçar esse movimento, com um decréscimo de 18,9%. Entre 2020 e 2021, assiste-se a um aumento em todos os indicadores, seguindo-se uma redução, entre 2021 e 2022 (embora não se recuperem os indicadores mais baixos, observados em 2020). Os dados do presente inquérito apontam para um novo aumento, transversal a todos os indicadores, de desigualdade na distribuição de rendimentos e completam um ritmo de intermitência e inconsistência que caracteriza a dinâmica destes indicadores desde 2020.

TABELA 1 INDICADORES DE DESIGUALDADE DE RENDIMENTO
PORTUGAL (2015-2023 | % E N.º)

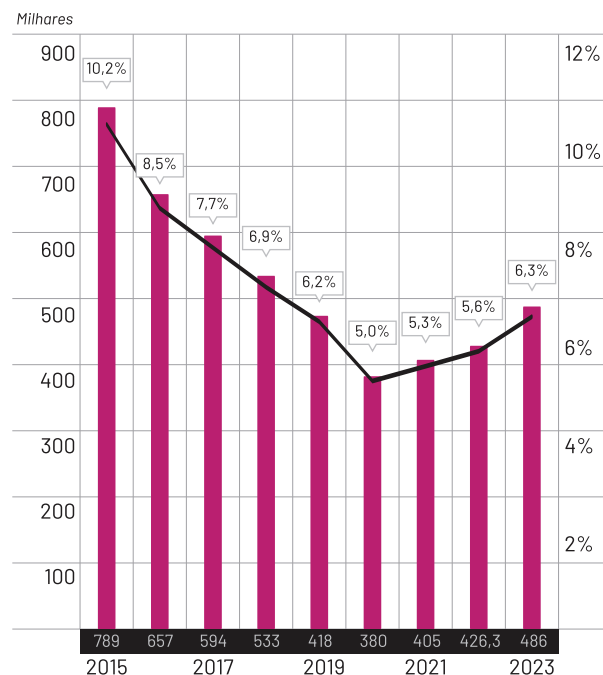
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Coeficiente de Gini (%)	34,0	33,9	33,5	32,1	31,9	31,2	33,0	32,0	33,7
Rácio S80/S20	6,0	5,9	5,8	5,2	5,2	5,0	5,7	5,1	5,6
Rácio S90/S10	10,6	10,1	10,0	8,7	8,6	8,1	9,8	8,5	9,7

Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_di12; ilc_di11]

A Dimensão do Trabalho - Intensidade Laboral Muito Reduzida

Atendendo à importância do nível de participação da população adulta no mercado de trabalho para a configuração do risco de exclusão social, a Estratégia Europa 2030 contempla a mobilização do indicador, intensidade laboral *per capita* muito reduzida. São consideradas em situação de intensidade laboral *per capita* muito reduzida as pessoas com menos de 65 anos que vivam em agregados familiares cujos adultos declarem ter trabalhado, em média, menos de 20% do tempo de trabalho possível (consideram-se os adultos dos 18 aos 64 anos, excluindo-se estudantes dos 18 aos 24 anos, reformados/pensionistas e pessoas inativas com 60-64 anos e que vivam em agregados cuja principal fonte de rendimento são pensões). Esta situação é aferida para o ano anterior ao da aplicação do ICOR, portanto, os dados de 2023 sobre a intensidade laboral referem-se ao ano de 2022. Os últimos dados apontam para um **aumento de 0,7 p.p. da taxa de intensidade laboral *per capita* muito reduzida**, cifrando-se em 6,3% e abrangendo quase meio milhão de pessoas (486 milhares) (Gráfico 4). Este indicador apresenta uma tendência notoriamente decrescente entre 2015 e 2020, registando nesse ano a taxa mais baixa do período em análise (5%) e o número mais reduzido de pessoas nessa situação (380 milhares), descrevendo assim um decréscimo na ordem dos 50%. Contudo, essa dinâmica parece ter sido interrompida e, desde 2021, que se registam ligeiros, mas continuados aumentos dos agregados familiares com intensidade laboral muito baixa.

04 INTENSIDADE LABORAL PER CAPITA MUITO REDUZIDA PORTUGAL (2015-2023 | % E MILHARES)



Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_li06]

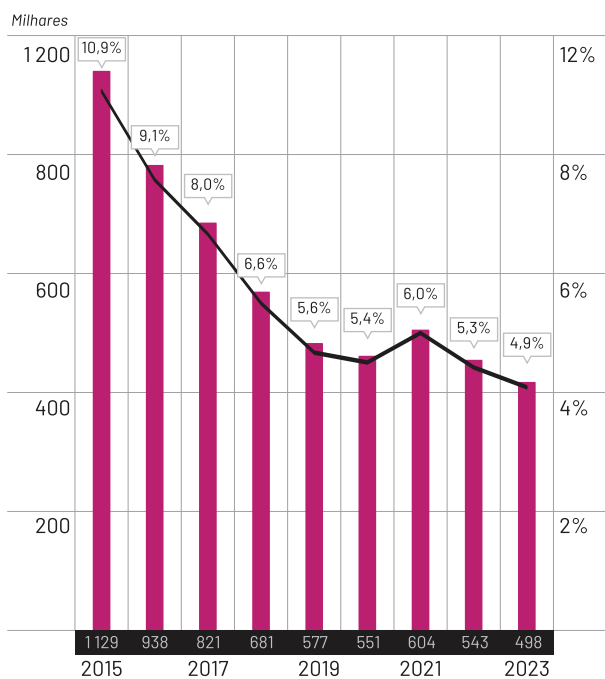
A Dimensão da Privação - Material e Social Severa

A dimensão da privação é também mobilizada pela Estratégia Europa 2030, sob a forma de indicadores de privação material e social. Estes indicadores baseiam-se num conjunto de treze itens relacionados com as necessidades sociais, económicas e de bens duráveis dos agregados familiares e também com as dimensões associadas ao bem-estar, lazer e sociabilidade de cada indivíduo. Considera-se uma situação de privação material e social severa quando, por dificuldades de ordem económica, não existe acesso a, pelo menos, sete dos treze itens de referência. A informação relativa a cada um destes itens foi recolhida entre a abril a julho de 2023 e refere-se aos últimos 12 meses das pessoas inquiridas. Em termos gerais, o indicador aponta para uma ligeira **diminuição face ao ano anterior (menos 0,4 p.p.) da proporção de indivíduos que se encontravam em privação material e social severa (4,9%), representando cerca de meio milhão de pessoas (498 mil)** (Gráfico 5). No

ponto 6 deste relatório, apresenta-se uma análise mais detalhada deste indicador permitindo evidenciar a heterogeneidade que também caracteriza o fenómeno da privação. Desde 2015, Portugal regista um significativo decréscimo da taxa de privação material e social severa (menos 6 p.p.) e uma correspondente contração do número de pessoas nessa situação (menos 631 milhares).

05 PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL SEVERA

PORTUGAL (2015-2023 | %º E MILHARES)



Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_mdsd01]

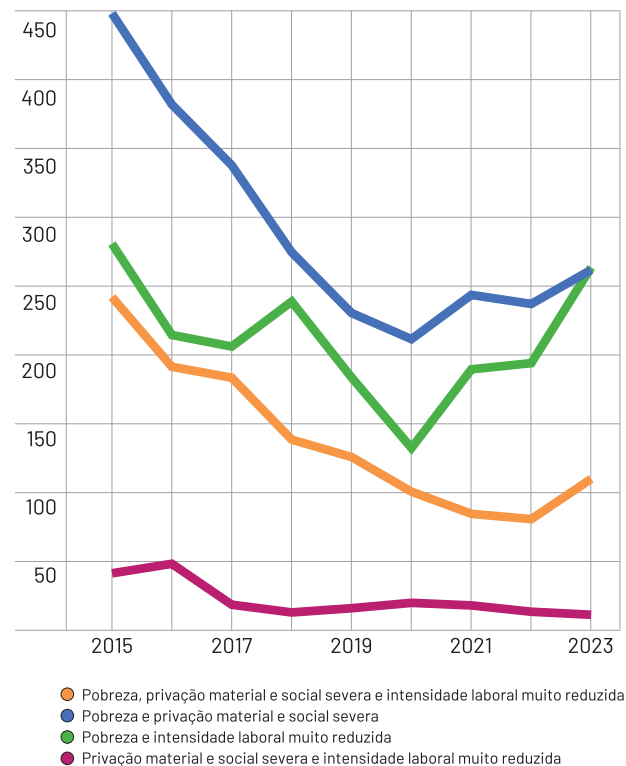
No período em análise, a privação material e social severa constitui o indicador onde Portugal regista o desempenho mais positivo, com uma variação na ordem dos -55%, seguindo-se a intensidade laboral per capita muito reduzida (-38%), a pobreza ou exclusão social (-24%) e, finalmente, a pobreza monetária que, com uma variação na ordem dos -13%, constitui a esfera onde se observam progressos menos expressivos.

Em Portugal, das 2 104 mil de pessoas que, em 2023, se encontravam em risco de pobreza ou exclusão social, 1 781 mil enfrentavam uma situação de pobreza monetária, 486 mil integravam agregados familiares em que se observava intensidade laboral muito reduzida e 498 mil

viviam cenários de privação material social severa. Ora, se qualquer uma destas situações é, por si só, preocupante, a experiência cumulativa destas diferentes dimensões de pobreza e exclusão social é especialmente gravosa, podendo sinalizar cenários de reforçada e potencialmente persistente vulnerabilidade. De acordo com o último inquérito, os dados referentes a estas situações (Gráfico 6) apontam para um aumento na ordem dos 35% das pessoas em situação cumulativa de pobreza monetária, privação material e social severa e intensidade laboral muito reduzida (105 mil, em 2023), bem como das que se encontram em situação de pobreza monetária e intensidade laboral muito reduzida (251 mil, em 2023). Os mesmos dados desenham uma tendência decrescente para as situações cumulativas de pobreza monetária e privação material e social severa (192 mil, em 2023, representando uma diminuição de 14% face a 2022) e para a conjugação das situações de privação material e social severa com intensidade laboral muito reduzida (10 mil, em 2023, representando uma diminuição de 34% face a 2022).

06 PESSOAS EM SITUAÇÃO CUMULATIVA DE RISCO DE POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL

PORTUGAL (2015-2023 | MILHARES)



Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_pees01n]

03

Os grupos sociais vulneráveis ao risco de PES

Os dados do último inquérito revelam que o perfil social de vulnerabilidade acrescida ao risco de pobreza ou exclusão social em Portugal se mantém praticamente inalterado. Considerando por ordem decrescente as taxas de risco de pobreza ou exclusão significativamente superiores à média nacional (20,1%), destacam-se os seguintes grupos sociais: 1) pessoas em situação de desemprego (59,2%); 2) arrendatárias/os com renda a preço reduzido ou gratuita (40,5%); 3) pessoas fora do mercado de trabalho (excluindo desempregadas/os e reformadas/os) (36,6%); 4) famílias monoparentais (compostas por um adulto e pelo menos uma criança dependente) (35,5%); 5) famílias unipessoais, designadamente, compostas por mulheres (31%) ou por mulheres ou homens com 65 anos ou mais (30,6%) e 6) população estrangeira de nacionalidade extracomunitária (28,6%).

Num ano em que a taxa de risco de pobreza ou exclusão social se mantém num nível idêntico ao ano precedente (20,1%) são de destacar a dinâmicas de crescimento deste risco entre: as famílias unipessoais compostas por homens com 65 ou mais anos (aumento de 27%); as crianças com menos de 6 anos (aumento de 22,7%) e as pessoas que vivem em alojamentos arrendados, nomeadamente com renda a preço reduzido ou gratuito (aumento de 19,8%). Protagonizando movimentos de ordem inversa, registam-se as diminuições mais expressivas da taxa de risco de pobreza ou exclusão social junto de: proprietárias/os com hipoteca ou crédito à habitação (diminuição de 27,6%); famílias compostas por dois adultos até aos 64 anos de idade (diminuição de 17,7%) e população estrangeira de nacionalidade extracomunitária (diminuição de 17,3%).

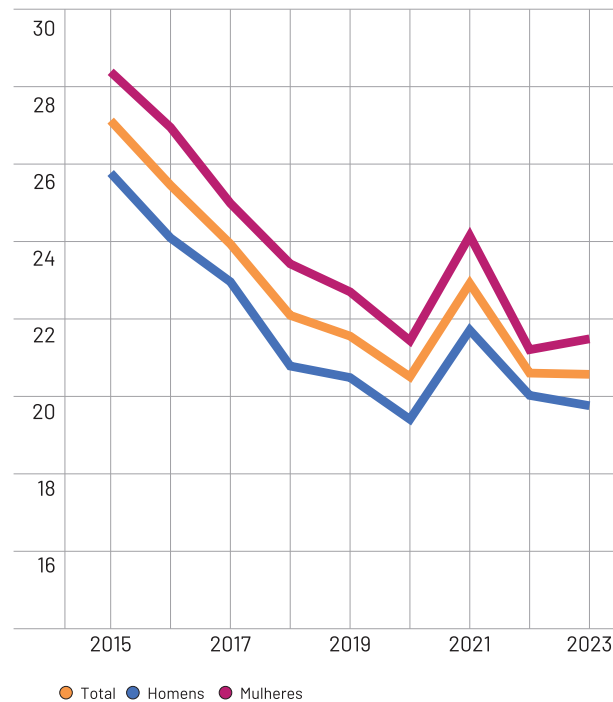
Considerando os diferentes recortes e configurações de vulnerabilidade ao risco de pobreza

ou exclusão social, apresenta-se, em seguida, uma análise mais específica e orientada para a análise do fenómeno, tendo em consideração os fatores e/ou as condições que concorrem para uma maior exposição a esse risco, a saber: género, idade, composição do agregado familiar, condição perante o trabalho, nível de escolaridade, nacionalidade de origem e regime de habitação.

As mulheres

No período em análise (2015—2023), a **população feminina apresenta-se sempre com uma taxa de risco de pobreza ou exclusão social superior à média nacional** e, conseqüentemente, à sua congénere masculina (Gráfico 7). O *gap* do risco de pobreza ou exclusão social entre mulheres e homens atinge o seu valor máximo em 2016 (2,7 p.p.) e apresenta o seu diferencial mais diminuto em 2022 (1,2 p.p.). Um ano volvido, em 2023, regista-se um aumento de 0,5 p.p. da taxa de risco de pobreza ou exclusão social feminina, face ao ano precedente, cifrando-se agora em 20,9% e situando-se 0,8 p.p. acima da média nacional. Não obstante a recuperação registada ao nível do indicador relativo à intensidade laboral per capita muito reduzida (622% nas mulheres e 6,5% nos homens), prevalecem as diferenças observadas ao nível do maior risco de pobreza monetária (17,7% nas mulheres e 16,2% nos homens) e da superior taxa de privação material e social severa (5,4% nas mulheres e 4,2% nos homens). No seio da população feminina, é ainda possível discernir situações de reforçada vulnerabilidade ao risco de pobreza ou exclusão, assinalando o carácter interseccional que também caracteriza o fenómeno (veja-se, por exemplo, adiante neste relatório, o nível etário e a composição familiar uni e monoparental).

07 EVOLUÇÃO DO RISCO DE PES ENTRE MULHERES E HOMENS PORTUGAL (2015-2023 | %)



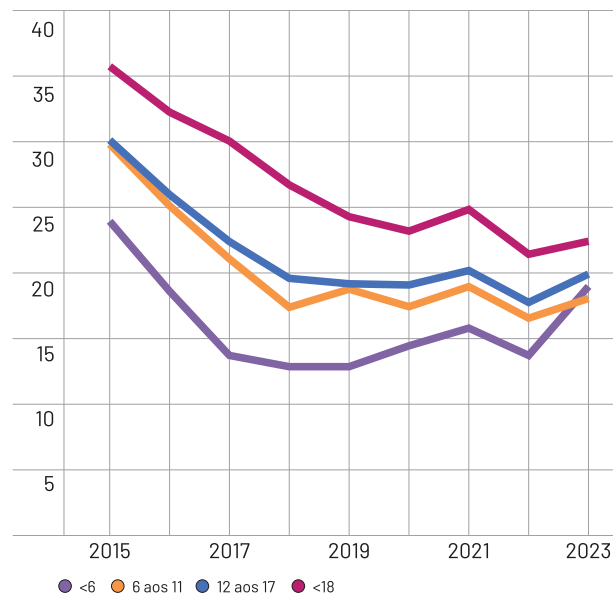
Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_peps01n]

As crianças e jovens (até aos 18 anos)

Face ao transato, a população com menos de 18 anos protagoniza um dos mais acentuados acréscimos da taxa de risco de pobreza ou exclusão social (+9,2%), cifrando-se em 22,6% (2,5 p.p. acima da média geral). Considerando os subgrupos etários (Gráfico 8), observa-se que foi entre as crianças com menos de 6 anos que a situação de risco de pobreza ou exclusão social mais se agudizou — com uma taxa de 21,6% e correspondendo a um aumento de 22,7% face ao precedente. Não obstante o agravamento da situação de pobreza ou exclusão social registado entre as crianças mais pequenas, é no grupo das crianças e jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos que se verifica a taxa objetivamente mais elevada, de 24,7%. Portanto, **em 2023, viviam em Portugal 379 mil crian-**

ças em risco de pobreza ou exclusão social, registando-se um aumento de 40 mil crianças nesta situação, face a 2022. Note-se, contudo que este registo se apresenta em contraciclo com a tendência de progressiva redução observada entre 2015 (31,2%) e 2022 (20,7%).

08 EVOLUÇÃO DO RISCO DE PES (<18 ANOS) PORTUGAL (2015-2023 | %)



Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_peps01n]

O aumento da taxa de risco de pobreza ou exclusão social infantil parece refletir um concomitante acréscimo ao nível da taxa de risco de pobreza monetária. De facto, em 2023, a taxa de pobreza infantil cifrava-se em 20,7% (3,7 p.p. acima da média nacional) e correspondia a um aumento na ordem dos 12%, face ao ano anterior. No plano nacional, o desempenho ao nível deste indicador é considerado particularmente importante pela Estratégia Nacional de Combate à Pobreza que, entre as suas metas, se propõe a reduzir para metade a pobreza monetária desta população, o que representa, até 2030, retirar da pobreza 170 mil crianças. Concomitantemente, no mesmo horizonte temporal, mas no âmbito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, Portugal comprometeu-se também em retirar, no mínimo, 167 mil crianças da situação de pobreza ou exclusão social.

Uma nota final sobre o grupo etário dos 18 aos 24 anos, que se poderia designar de jovens adultos, cuja taxa de risco de pobreza ou exclusão so-

cial se apresenta como uma das mais elevadas em 2023 (23,8%), sinalizando um aumento de 1,2 p.p. face ao ano precedente. É igualmente neste grupo etário que se identifica uma das taxas de pobreza monetária mais elevadas (21,2%), situando-se 4,2 p.p. acima da média nacional.

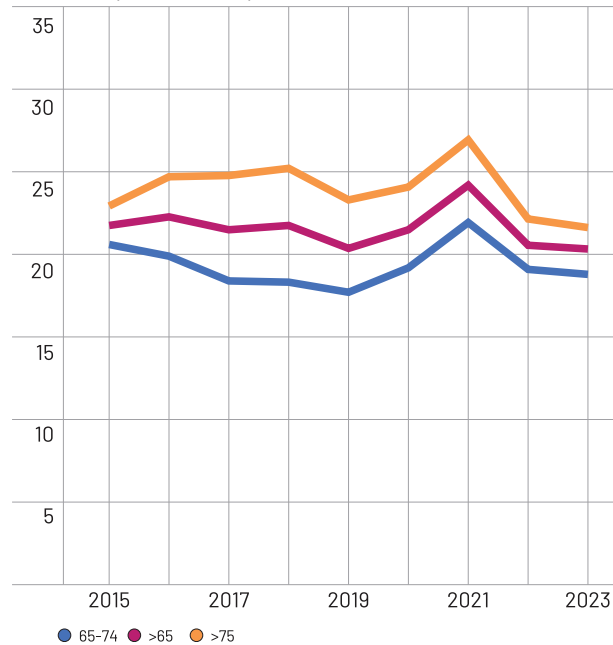
As pessoas idosas (65 ou mais anos)

Em 2023 (ano do inquérito), a população com 65 ou mais anos apresentava uma taxa de risco de pobreza ou exclusão social de 20,2%, situando-se, assim, apenas 0,1 p.p. acima da média nacional e desenhando um trajeto de ligeiro aumento de 0,3 p.p. face ao ano precedente. Contudo, dirigindo a análise para o subgrupo das pessoas com 75 ou mais anos, identifica-se uma situação mais agravada, com uma taxa de risco de pobreza ou exclusão social de 21,6%, ou seja 1,5 p.p. acima da média nacional (Gráfico 9), e uma taxa de pobreza monetária na ordem dos 19%, portanto, 2 p.p., acima de média nacional. Concomitantemente, em 2023, é entre as pessoas com 65 anos ou mais que se registam as taxas mais elevadas de privação material e social severa (6,5%), situando-se 1,6 p.p. acima da média nacional e registando uma importante diferença face aos restantes grupos etários.

A necessidade de atender à configuração da pobreza ou exclusão social no seio das pessoas com 65 ou mais anos reforça-se pela relação que se estabelece entre esta condição etária e outros fatores de vulnerabilidade. Veja-se, a título de exemplo, a situação de agravado risco de pobreza ou exclusão social entre as mulheres que integram esta faixa etária: a taxa de pobreza ou exclusão social das mulheres com 65 ou mais anos situa-se em 22,4%, contrastando com o valor de 17,2% registado para os homens (diferencial de 5,2 p.p.); analogamente, para a população com 75 anos ou mais, as mulheres apresentam uma taxa de 24,3% e os homens registam 17,5% (diferencial de 6,8 p.p.).

09 EVOLUÇÃO DO RISCO DE PES (65+ ANOS)

PORTUGAL (2015-2023 | %)

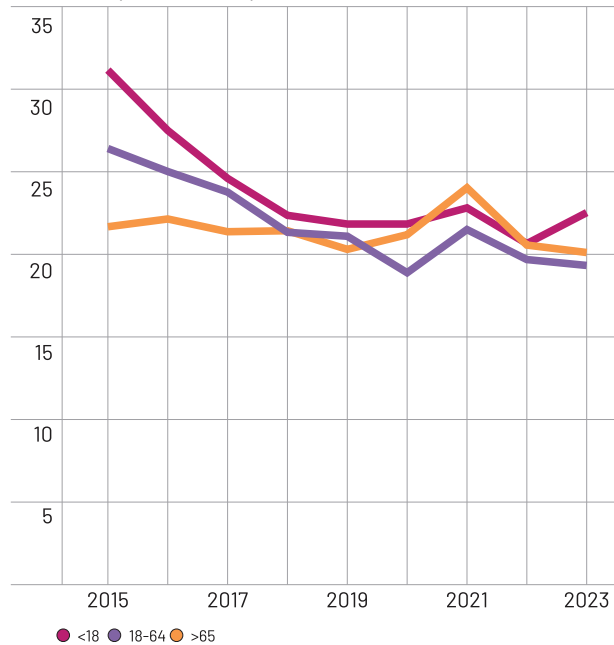


Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_peps01n]

A análise longitudinal e comparativa da evolução da vulnerabilidade à pobreza ou exclusão social da população com 65 ou mais anos e os demais grupos etários evidencia uma dinâmica de estagnação, denotando uma maior dificuldade em garantir um percurso de redução significativo e sustentável da pobreza ou exclusão social junto da população mais velha. Não se ignora que, em 2015, o risco de pobreza ou exclusão social se apresentava significativamente mais agravado para as crianças e jovens com idade inferior a 18 anos (31,2%) e para a população adulta dos 18 aos 64 anos (26,6%) face à população idosa com 65 ou mais anos (21,7%). No entanto, não é também possível deixar de observar que, entre 2015 e 2023, a taxa de risco de pobreza ou exclusão social teve uma diminuição de apenas 6,9% entre a população com 65 ou mais anos, o que contrasta a intensidade do decréscimo registado entre as pessoas com idade inferior a 18 anos (menos 27,6%) e a faixa etária dos 18 aos 64 anos (menos 27,1%) (Gráfico 10). Esse cenário aponta para a necessidade de os principais instrumentos de gestão política nacional (Estratégia Nacional de Combate à Pobreza) e supranacional (Estratégia Europa 2030) definirem objetivos dirigidos especificamente a esta população e conceberem metas concretas de redução dos seus níveis de pobreza ou exclusão social.

10 EVOLUÇÃO DO RISCO DE PES (GRANDES GRUPOS ETÁRIOS)

PORTUGAL (2015-2023 | %)



Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_peps01n]

A composição das famílias: unipessoais e monoparentais

Entre 2022 e 2023, os aumentos registados ao nível do risco de pobreza ou exclusão social visaram principalmente as famílias unipessoais (28,7%, representando um aumento de 7,5%) e, dentro destas, as que são compostas por pessoas com menos de 65 anos (26,3%, representando um aumento de 13,4%) e por homens só (24,8%, representando um aumento de 27,7%), bem como os agregados familiares compostos por dois adultos e duas crianças dependentes (15,3%, representando um aumento de 9,3%) e por três ou mais adultos com crianças dependentes (26%, representando um aumento de 4,8%). A dinâmica de sentido inverso foi protagonizada pelas famílias de dois adultos sem crianças dependentes com menos de 65 anos (15,8%, assinalando um decréscimo de 17,7%) e de três ou mais adultos (13,5%, assinalando um decréscimo de 12,9%). A despeito das dinâmicas de variação anual, em termos ab-

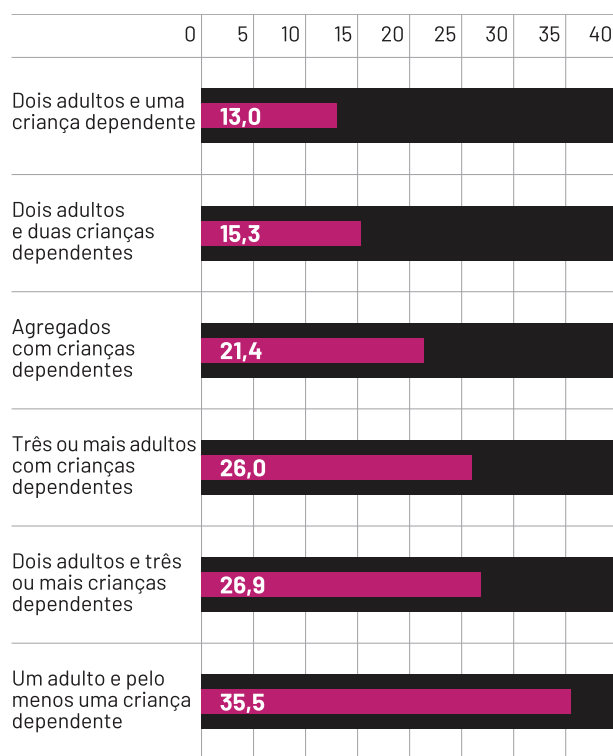
solutos, a análise da prevalência do risco de pobreza ou exclusão social em 2023 é globalmente mais penalizadora para os agregados familiares com crianças dependentes (21,4%) face aos seus congéneres sem crianças dependentes (18,8%), registando-se adicionalmente um aumento de 4,4% para as primeiras e um decréscimo de 4,6% para as segundas.

Centrando, num primeiro momento, esta análise nas famílias em que se encontram presentes *crianças dependentes*, ou seja, indivíduos até aos 18 anos (inclusive) ou até aos 24 anos, desde que economicamente dependentes (que não exerçam uma atividade ou estejam desempregados), destacam-se duas tipologias particularmente vulneráveis aos risco de pobreza ou exclusão social e à pobreza monetária: as famílias monoparentais (compostas por um adulto e pelo menos uma criança dependente)¹ e as famílias que integram dois adultos e três ou mais crianças dependentes (Gráfico 11). Em 2023, as famílias monoparentais apresentavam um risco de pobreza ou exclusão social de 35,5% e um risco de pobreza monetária de 30,1%, agravado por uma taxa de privação material e social severa acima da média (7,7%, face a 4,9%) e um nível significativamente elevado no indicador da intensidade laboral per capita muito reduzida (11,1%, face à média de 6,3%). Assim, em termos de análise global, as famílias monoparentais assumem-se como um dos grupos sociais mais expostos ao risco de pobreza ou exclusão social. A este propósito, sublinhar também que, atendendo à informação disponibilizada, pelos últimos Censos (INE. 2021), as famílias monoparentais do tipo *mãe com filhos* representam cerca de 86% do total desta tipologia familiar. Consequentemente, este risco acrescido à pobreza ou exclusão social diz particularmente respeito às mulheres que representam a maioria dos indivíduos desta tipologia familiar.

01. Por comodidade analítica e pela maior prevalência efetiva da monoparentalidade, adota-se aqui a designação de família monoparental, mas, na realidade, o indicador não tem em conta as relações familiares entre os membros. Por isso, um adulto com uma criança dependente pode reportar-se a uma tipologia do tipo avó(ô)/neto(s)/a(s) ou referir-se a outra composição. Adicionalmente, a monoparentalidade pode encontrar-se diluída noutras tipologias de agregados: dois adultos sem crianças dependentes podem ser uma mãe/pai com filho/a “adulto/a”; dois adultos com crianças dependentes também podem ser mãe/pai com filho/a adulto/a e outro/a(s) filho/a(s).

Com uma expressão menos agravada, mas ainda assim substancialmente acima dos valores médios, apresentam-se as famílias compostas por dois adultos e três ou mais crianças dependentes. Estas famílias registam, em 2023, uma taxa de pobreza ou exclusão social de 26,9%, um nível de pobreza monetária de 26,8% e uma elevada prevalência em termos de intensidade laboral per capita muito reduzida (18,1%). A evolução dos dados desde 2015 evidencia uma redução do risco de pobreza ou exclusão social destas tipologias familiares, mas ainda assim incapaz de diminuir significativamente a distância face aos agregados com dois adultos e apenas uma ou duas crianças dependentes. Note-se que, conforme previamente referido, em 2023, o risco de pobreza ou exclusão social aumentou entre as crianças e os jovens. Ora, a vulnerabilidade deste grupo etário encontra-se necessariamente associada à condição dos seus agregados familiares e é, portanto, face a esta unidade social que a pobreza infantil deve ser enquadrada, compreendida e combatida.

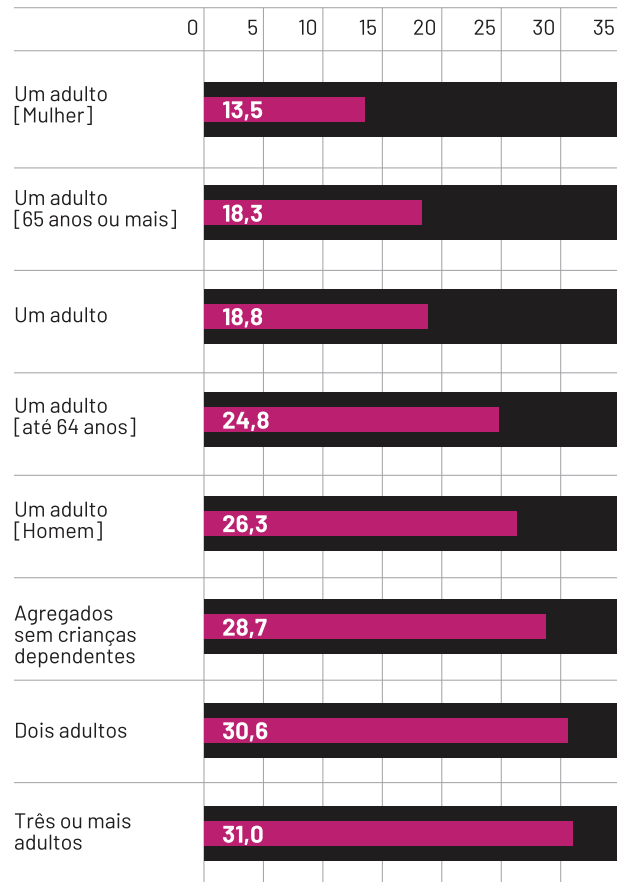
11 RISCO DE PES, POR TIPO DE AGREGADO FAMILIAR COM CRIANÇAS DEPENDENTES PORTUGAL (2023) (%)



Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_peps03n]

No que concerne aos agregados sem crianças dependentes, destaca-se a tipologia relativa às famílias unipessoais, com uma taxa de risco de pobreza ou exclusão social (Gráfico 12) e 24,9% de pobreza monetária. Entre as pessoas adultas que vivem sozinhas, o risco de pobreza ou exclusão social agrava-se quando se consideram as pessoas com 65 ou mais anos (30,6%) e no seio destas, as mulheres (31%). Note-se que, apesar de não existirem dados que permitam conhecer a dimensão do fenómeno da mulher idosa que vive sozinha, considerando a sobre representação da população feminina com 65 anos ou mais na estrutura etária da população residente em Portugal (INE, Estimativas da População Residente), é possível deduzir que no seio da tipologia dos adultos isolados, o grupo mais vulnerável será composto por mulheres com 65 anos ou mais. Entre 2015 e 2022, a análise da evolução dos subgrupos que compõem esta tipologia familiar revela uma dinâmica acentuadamente decrescente, na ordem dos 40%, para os homens que vivem sozinhos e para as pessoas com idade inferior aos 65 anos. Contudo, os dados do último inquérito marcam uma tendência de sentido contrário para estes grupos, registando-se um aumento da taxa de risco ou exclusão social de 27,2% entre os adultos homens que vivem sós e de 13,4% entre as pessoas com menos de 65 anos. Esta dinâmica verifica-se igualmente ao nível do risco da pobreza monetária, onde os homens que vivem sozinhos apresentam um aumento de 23,5% e os adultos com menos de 65 anos registam um acréscimo de 16,9%.

12 RISCO DE PES, POR TIPO DE AGREGADO FAMILIAR SEM CRIANÇAS DEPENDENTES
PORTUGAL (2023 | %)



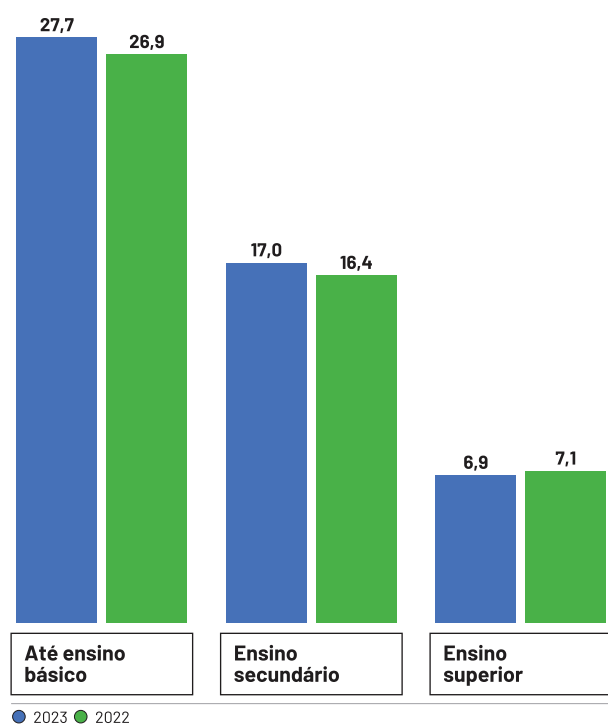
Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_peps03n]

Os baixos níveis de escolaridade

Em 2023 (ano do inquérito), 26,9% da população que apenas tinha concluído o ensino básico encontrava em risco de pobreza ou exclusão social, um valor significativamente superior às proporções de 16,4% para a população que tinha terminado o ensino secundário ou pós-secundário e de 7,1% para a população que tinha concluído o ensino superior. Esse valor continua a ser superior ao registo médio da taxa de risco de pobreza ou exclusão social que apenas contempla a população com 18 anos ou mais (19,6%). Em relação ao ano anterior, destaca-se o decréscimo da taxa de risco de pobreza ou exclusão social das

peças que concluíram, no máximo, um nível de escolaridade correspondente ao ensino básico (menos 0,8 p.p.) e também ao nível da conclusão do ensino secundário ou pós-secundário (menos 0,6 p.p.) e, inversamente, um ligeiro aumento observado junto das pessoas com o ensino superior (mais 0,2 p.p.) (Gráfico 13). Note-se, porém, que estes movimentos não refletem a dinâmica geral observada num período mais lato. De facto, desde 2015, a redução da taxa de pobreza ou exclusão social é, sobretudo, protagonizada pela população com o ensino superior (-22%) e apenas secundada pela população menos escolarizada (-15,1%). Concomitantemente, a população com baixos níveis de escolaridade acumula igualmente uma maior taxa de pobreza monetária (22,4%, representando uma variação de +1,8% face ao ano precedente) e uma elevada taxa de intensidade laboral per capita muito reduzida (11,2%, representando uma variação de +14,3% face ao ano precedente). Na população com ensino superior estes valores descem para 5,8% e 2%, respetivamente.

13 RISCO DE PES, POR TIPO NÍVEL DE ESCOLARIDADE
PORTUGAL (2023 E 2022 | %)



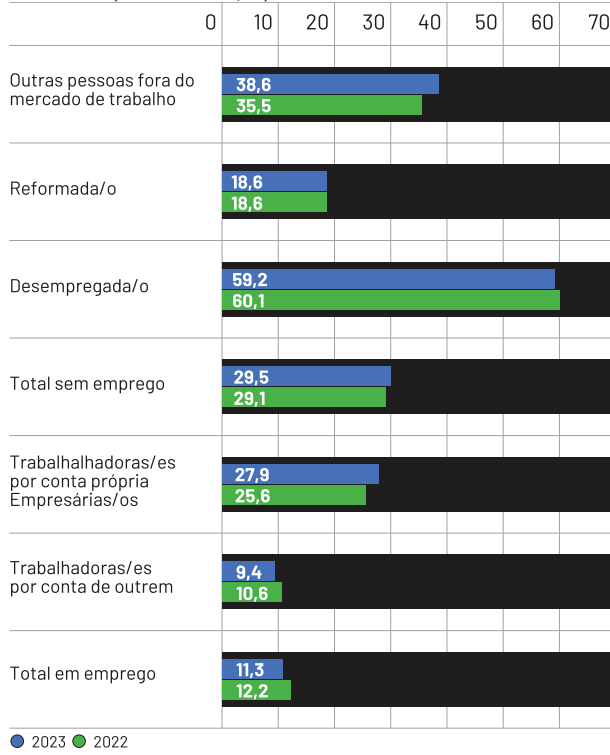
Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_peps04n]

Em 2023, o ICOR integrou um módulo *ad hoc* sobre *Transmissão intergeracional de vantagens e desvantagens sociais*, relativo à população dos 25 aos 59 anos, visando o desenvolvimento de uma análise da relação entre características sociodemográficas parentais e as condições de pobreza no presente (INE, 2024). A informação recolhida assumia como referência o contexto parental dos inquiridos quando estes tinham cerca 14 anos de idade. Entre outras informações, uma das dimensões que se destaca nessa análise prende-se com o facto de os riscos de pobreza para os inquiridos/as em que o pai, ou a mãe, não tinham completado mais do que o atual ensino básico, se situarem ligeiramente acima da média nacional. Porém, esses riscos apresentam-se substancialmente mais baixos para aqueles em que, aos 14 anos, um dos progenitores tinha concluído o ensino secundário, pós-secundário não universitário ou superior (6,8% quando era o pai; 8,6% quando era a mãe). Portanto, estes dados evidenciam a necessidade de se apoiarem processos de escolarização presentes, para combater os futuros processos de transmissão intergeracional dos riscos de pobreza ou exclusão social.

A condição perante o trabalho: emprego, desemprego e inatividade

De entre os grupos sociais analisados, é junto da população desempregada que se regista a mais elevada taxa de pobreza ou exclusão social (59,2%), seguindo-se, com um valor significativamente inferior, o grupo composto por *outras pessoas fora do mercado trabalho* (38,6%) (Gráfico 14). A condição perante o trabalho constitui um fator central para a configuração do risco de pobreza ou exclusão social. Contudo, ter emprego não se revela suficiente para escapar ao risco de pobreza ou exclusão social, uma vez que esta população regista uma taxa de 11,3%, abrangendo de forma também distinta quem trabalha por conta de outrem (9,4%) e por conta própria (27,9%).

14 RISCO DE PES, POR CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO
PORTUGAL (2023 E 2022 | %)



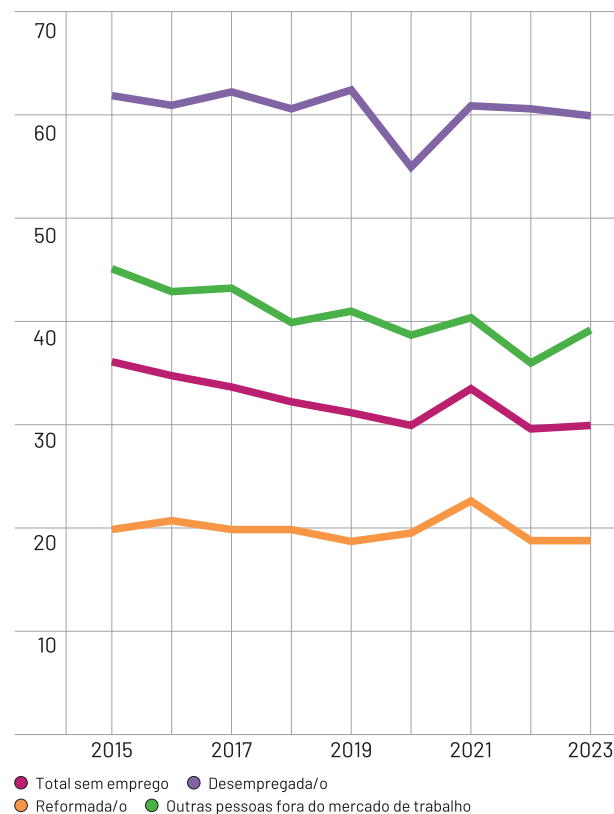
Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_peps02n]

Apesar de, entre 2022 e 2023, a taxa de pobreza ou exclusão social das pessoas em situação de desemprego ter registado um decréscimo de 0,9 p.p., o mesmo não se verifica para outros indicadores conexos. Para o mesmo período, a taxa de pobreza monetária aumentou 3,3 p.p., cifrando-se em 46,7%, e a intensidade laboral per capita muito reduzida registou um acréscimo de 4,7 p.p., situando-se em 39,3%. Em termos longitudinais, esta categoria apresenta consistentemente as taxas mais altas de risco de pobreza ou exclusão social (sempre acima de 50%), registando-se o valor mais elevado em 2019 (62%) e seguindo-se, em 2020, a mais significativa queda e o valor mais baixo de 54,2% (Gráfico 15). De acordo com o INE, em 2023, a média anual da população desempregada cifrava-se em 346,6 mil pessoas, representando um aumento de 8,6% (27,5 mil) em relação ao ano anterior. Em termos conjunturais, mesmo registando um aumento de 0,4 p.p., em 2023 a taxa anual média de desemprego não ultrapassava os 6,5%, alinhando-se com os valores historicamente mais baixos desde 2011. Contudo, os valores médios das prestações de desemprego situam-se persistentemente abaixo dos respeti-

vos limiares de pobreza anuais e, acresce a esta situação, o facto de nem todas as pessoas em situação de desemprego reunirem as condições para auferirem de uma prestação de desemprego. As condições inalteradas de apoio às situações de desemprego provavelmente contribuem para explicar o agravamento objetivo do risco de pobreza monetária deste grupo social que, entre 2015 e 2023, aumentou 11,2%.

Na categoria *outras pessoas fora do mercado de trabalho* acumulam-se diferentes situações de inatividade que originam riscos significativos de pobreza ou exclusão social. Em 2023, este grupo regista um aumento de 3,1 p.p. ao nível da sua taxa de pobreza ou exclusão social, superado pelo acréscimo de 3,4 p.p. registado na taxa de pobreza monetária (31,2%), acompanhado pelo incremento de 2,6 p.p. verificado na intensidade laboral per capita muito reduzida (19,2%). Esta situação vem pontuar a dinâmica de decréscimo intermitente que se vem observando desde 2015, com uma taxa de variação global de -13,6%.

15 RISCO DE PES DA POPULAÇÃO SEM EMPREGO
PORTUGAL (2015 A 2023 | %)

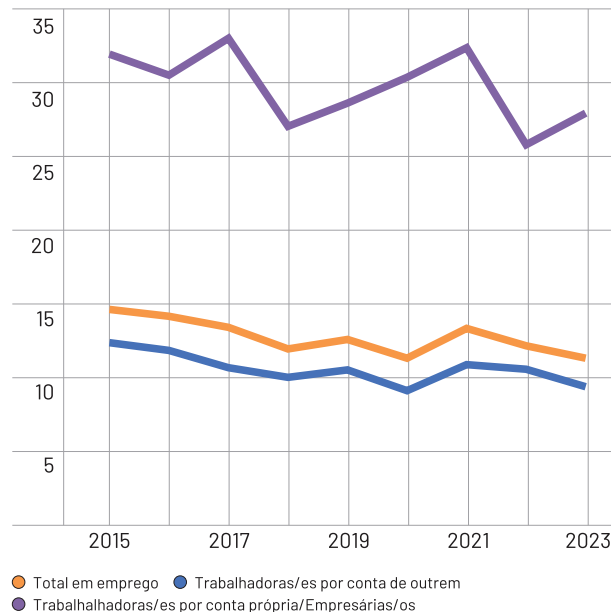


Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_peps02n]

Em termos médios e por comparação à população sem emprego, a população em emprego apresenta um risco substancialmente inferior de pobreza ou exclusão social (11,3%, em 2023, representando menos 18,2 p.p. face à congénere sem emprego). Contudo, a persistente vulnerabilidade ao risco de pobreza ou exclusão social de um contingente populacional laboralmente ativo é também merecedora de atenção. As pessoas que trabalham por conta de outrem registam, em 2023, uma diminuição relevante, de 1,2 p.p., na sua taxa de pobreza ou exclusão social, cifrando-se em 9,4%, acompanhada pelo decréscimo de 0,8 p.p. na taxa de pobreza monetária (8%). Com valores substancialmente mais elevados, embora abrangendo um contingente populacional bastante inferior, apresentam-se as/os trabalhadoras/es por conta própria, registando uma taxa de pobreza ou exclusão social próxima do total da população sem emprego (27,9% e assinalando um aumento de 2,3 p.p. face ao ano anterior) e uma taxa de pobreza monetária (26,9%) que inclusivamente supera a da média total da população sem emprego (23,9%) e que também marca um movimento de crescimento em 3 p.p.

A análise da evolução registada entre 2015 e 2023 evidencia uma dinâmica de redução dos níveis de pobreza ou exclusão social, particularmente entre a população em emprego (-23,1%) e, no seio desta, destacando-se a trajetória decrescente entre a categoria das pessoas que trabalham por conta de outrem (-23,6%) (Gráfico 16). Esta dinâmica decrescente é bem menos expressiva no âmbito do risco de pobreza monetária, registando-se uma diminuição global de 8,3% entre a população em emprego e um decréscimo de apenas 2,4% entre as/os trabalhadoras/es por conta de outrem. Note-se que a redução da taxa de trabalhadores pobres para metade constitui uma das metas da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza. Ora, não obstante a dinâmica geral de diminuição observada desde 2015 até 2023, o ritmo dessa trajetória e o recente aumento de 1,7 p.p., verificado em 2021, face a 2020, sinalizam constrangimentos relevantes à concretização dessa meta.

16 RISCO DE PES DA POPULAÇÃO EM EMPREGO PORTUGAL (2015 A 2023 | %)



Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_peps02n]

A nacionalidade de origem: população estrangeira

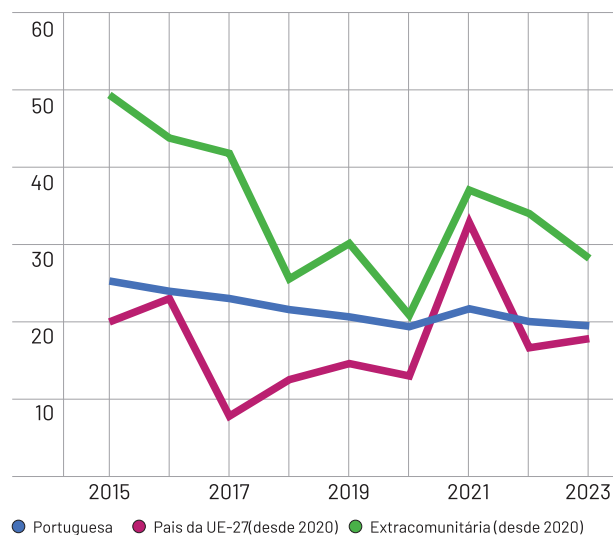
Considerando as diferenças registadas nas taxas de pobreza ou exclusão social entre os distintos grupos de nacionalidade, destaca-se a forte vulnerabilidade da população estrangeira, designadamente a de origem extracomunitária. De acordo com os dados do inquérito de 2023, 28,2% da população estrangeira extracomunitária encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social (Gráfico 17). Este valor representa um decréscimo, de 5,9 p.p., face ao ano precedente, mas é, ainda assim, insuficiente para reduzir a disparidade que se observa por comparação aos demais grupos: 19,4% quando se considera exclusivamente a nacionalidade portuguesa (representando um diferencial de 9 p.p.) e 18% quando se atende à população proveniente de outro país da UE de nacionalidade distinta (representando um diferencial de 10,2 p.p.). No âmbito dos grandes grupos de nacionalidade, a população estrangeira extracomunitária acumula ainda uma severa taxa de pobreza mone-

tária (26,7%), mas apresentando um movimento decrescente na ordem dos 9% face ao ano precedente, acompanhado de uma dinâmica idêntica ao nível da intensidade laboral per capita muito reduzida (diminuição na ordem dos 30%, para uma taxa de 5% em 2023). Note-se que, de acordo os dados do módulo ad hoc do ICOR sobre a *Transmissão intergeracional de vantagens e desvantagens sociais*, as/os inquiridas/os que residiam, aos 14 anos, num agregado cujo pai era português, apresentavam um risco de pobreza de 13,7%, que compara com 25,1% nas situações em que o pai era estrangeiro. Verificava-se um padrão semelhante em relação aos resultados para a nacionalidade da mãe: 13,8% quando portuguesa e 25,5% quando estrangeira.

Entre 2015 e 2023, a análise da evolução da pobreza ou exclusão social por grandes grupos de nacionalidade é pautada por uma tendência de diminuição. Contudo, esta dinâmica é particularmente marcada pela influência do período pandémico e por persistentes níveis assimétricos de risco entre os diferentes grupos. Se a taxa de risco de pobreza ou exclusão social da população de nacionalidade portuguesa mantém um ritmo de lenta, mas contínua, diminuição, entre a população estrangeira extracomunitária essa diminuição é caracterizada por uma maior flutuação dos dados e marcada por um forte impacto das diferentes fases da crise pandémica.

17 RISCO DE PES, POR NACIONALIDADE (GRANDES GRUPOS)

PORTUGAL (2015-2023 | %)



Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_peps05n]

O regime de ocupação da habitação: população arrendatária

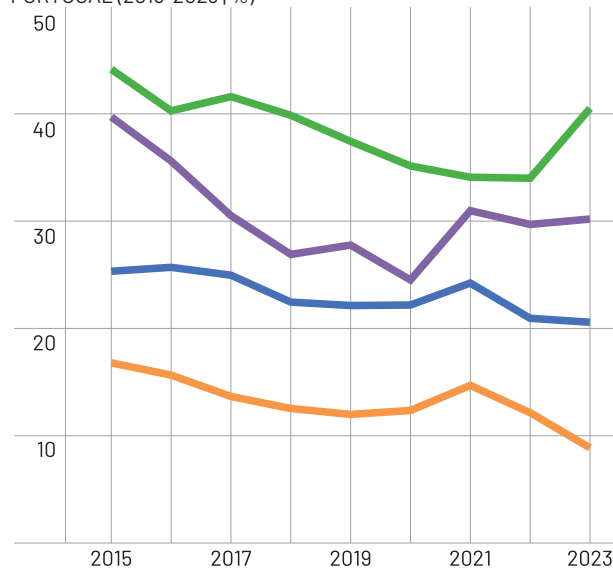
A dimensão relativa ao regime de ocupação da habitação permite analisar e compreender o padrão de distribuição do risco de pobreza ou exclusão social pelas categorias de *proprietário* – e, dentro desta categoria, diferenciar entre os proprietários que se encontram com ou sem hipoteca a cargo – e *arrendatário* – distinguindo aqui entre *rendas a preço de mercado ou rendas a preço reduzido ou grátis* (incluem-se nesta categoria situações variadas, tais como pessoas que residem em habitação social, rendas a preço reduzido proporcionado pela entidade patronal, situações em que a renda é fixada por lei, alojamentos cedidos gratuitamente pela entidade empregadora ou por outras fontes privadas – familiares, amigos, etc.). De acordo com os dados do Eurostat, em Portugal a configuração da estrutura do regime de ocupação da habitação em Portugal é dominada pela prevalência, em cerca de 75%, de proprietários (76%, em 2023, registando-se uma diminuição de 1,8 p.p. face a 2022). A restante proporção diz respeito aos arrendatários (24%) que, em 2023, assinalam um aumento de 1,8 p.p. face a 2022, em grande medida devido ao acréscimo de 1,4 p.p. protagonizado pela categoria das rendas a preço reduzido ou grátis (Gráfico 18).

Em 2023, a população arrendatária *com rendas a preço reduzido ou grátis* detém o segundo maior risco de pobreza ou exclusão social (40,5%) e protagoniza um dos mais acentuados aumentos registados, face a 2022 (19,8%). Portanto, em 2023, uma em cada cinco pessoas que viviam em casas arrendadas a preço reduzido ou gratuito estavam em risco de pobreza ou exclusão social. Cerca de 10 p.p. abaixo encontra-se a população arrendatária *com rendas a preço de mercado*, registando 30,2% e um ligeiro aumento face ao ano precedente de 2%. Inversamente, são as pessoas que vivem em casa própria com hipoteca ou crédito habitação as que apresentam menor vulnerabilidade, com valores claramente inferiores à média nacional: 8,9% dos pro-

prietários nesta categoria estavam em risco de pobreza ou exclusão social (comparativamente com 20,1% do total da população), apresentando inclusivamente uma trajetória decrescente face ao ano anterior (-27,6%). A desigualdade entre a população proprietária e arrendatária é reiterada pela análise do risco de pobreza monetária, registando a primeira categoria uma taxa de 14,1% e a segunda ultrapassando a duplicação desse risco, com uma taxa de pobreza de 32,1%. Entre 2015 e 2023, a evolução destas taxas é marcada por um percurso de redução da pobreza ou exclusão social em todos os grupos, destacando-se particularmente o desempenho da categoria de proprietários com hipoteca ou crédito habitação (-47,3%) e registando-se a dinâmica de decréscimo mais modesta observada ao nível dos arrendatários com *renda a preço reduzido ou gratuita* (-8,2%).

18 RISCO DE PES, POR REGIME DE OCUPAÇÃO DA HABITAÇÃO

PORTUGAL (2015-2023) (%)



- Proprietários com hipoteca ou crédito habitação
- Proprietários sem hipoteca ou crédito habitação
- Arrendatários com renda a preço de mercado
- Arrendatários com renda a preço reduzido ou gratuita

Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_peps07n]

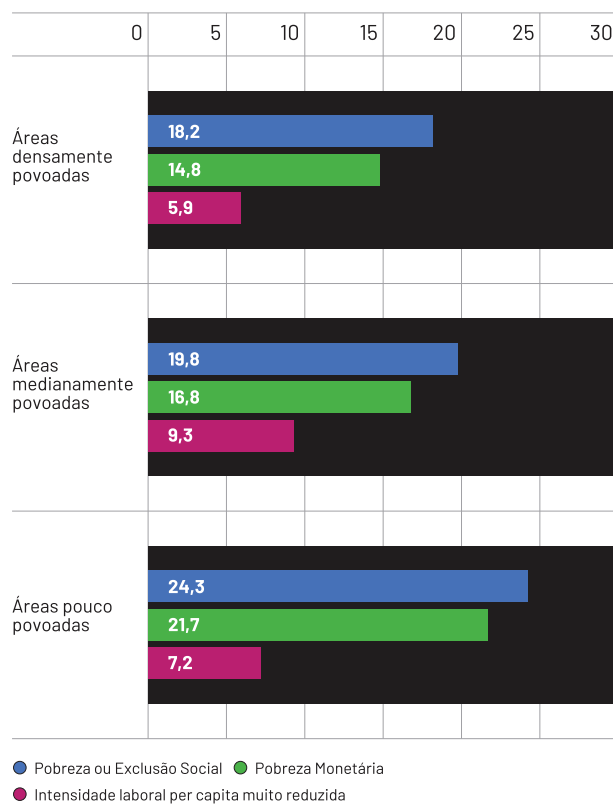
04

A vulnerabilidade dos territórios ao risco de PES

Os níveis de pobreza ou exclusão social assumem uma distribuição assimétrica no território português, configurando diferentes graus de desenvolvimento nos domínios da demografia, economia, saúde, cultura, etc. Esta desigualdade reflete-se na análise do território por graus de urbanização, com um claro prejuízo para as *áreas pouco povoadas*, em regra, coincidentes com territórios de feição ruralizada. Em 2023, os indicadores respeitantes à pobreza ou exclusão social, pobreza monetária e intensidade laboral per capita muito reduzida (Gráfico 19) colocam as *áreas pouco povoadas* a uma significativa distância dos valores médios gerais de cada um

dos indicadores em análise e mais ainda dos valores registados para os territórios congéneres, mas *densamente povoados*. Assim, no que toca à taxa de pobreza ou exclusão social, as áreas pouco povoadas apresentam um risco superior à média nacional de 4,2 p.p., um nível de pobreza monetária que ultrapassa a média nacional em 4,7 p.p. e uma intensidade laboral per capita muito reduzida agravada em 0,9 p.p. face ao registo médio do país. A distância entre a vulnerabilidade nas *áreas pouco povoadas* e nas *áreas densamente povoadas* é ainda mais elevada: 6,1 p.p. para o risco de pobreza ou exclusão social; 6,9 p.p. para o risco de pobreza monetária e 1,3 p.p. para a intensidade laboral per capita muito reduzida.

19 INDICADORES DE PES, POR GRAU DE URBANIZAÇÃO PORTUGAL (2023 | %)

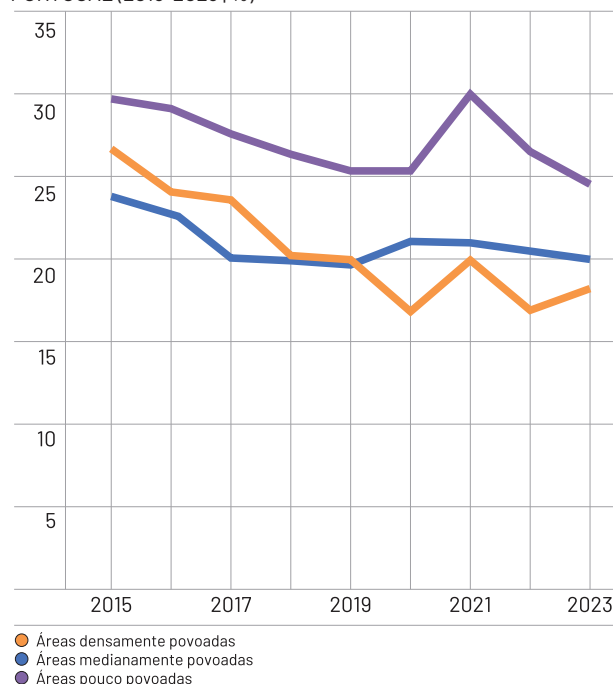


Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_peps13n]

Sendo inequívoca a objetiva desvantagem das *áreas pouco povoadas* nos diferentes indicadores de pobreza ou exclusão social, reconhece-se a redução transversal dos mesmos, entre 2015 e 2023 (Gráfico 20). Contudo, identificam-se também diferentes intensidades de decréscimo nesses territórios, destacando-se: em primeiro lugar, as *áreas densamente povoadas* (-31,1% risco de pobreza ou exclusão social; -14,5% risco de pobreza monetária; -43,8% intensidade laboral per capita muito reduzida); seguindo-se as *áreas pouco povoadas* (-17,9% risco de pobreza ou exclusão social; -9,6% risco de pobreza monetária; -40% intensidade laboral per capita muito reduzida); e, com os níveis menos expressivos de redução, as áreas medianamente povoadas (-16,1% risco de pobreza ou exclusão social; -0,6% risco de pobreza monetária; -22,2% intensidade laboral per capita muito reduzida). Apesar da dinâmica observada longitudinalmente, no ano em apreço neste inquérito, é nas *áreas densamente povoadas* que se registam movimentos de aumento simultâneo do risco de

pobreza ou exclusão social (+7,7%), pobreza monetária (+15,6%) e intensidade laboral per capita muito reduzida (+22,9%).

20 EVOLUÇÃO DO RISCO DE PES, POR GRAU DE URBANIZAÇÃO PORTUGAL (2015-2023 | %)



Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_peps013n]

A melhor compreensão deste cenário, bem como a identificação de assimetrias territoriais de outra ordem seriam apoiadas pela disponibilização de dados que permitissem uma análise cruzada do grau de urbanização com as regiões nacionais ao nível das NUTS III. Não dispondo de informação desagregada a esse nível, prossegue-se a análise com base nas NUTS II, que aponta para diferentes níveis de vulnerabilidade entre as regiões, muito particularmente, entre as insulares e as continentais. Em 2023, destaca-se o **aumento do risco de pobreza monetária na Área Metropolitana de Lisboa (AML), em 4,3 p.p., e na Região Autónoma dos Açores (RAA), em 1,0 p.p.** Este indicador manteve-se na região Centro, num nível de 15,6%, e diminuiu nas restantes regiões. Apesar de a Região Autónoma da Madeira (RAM) ter acompanhado o movimento decrescente, é nas duas Regiões Autónomas que se continuam a registar os níveis de risco de pobreza mais elevados de todo o país.

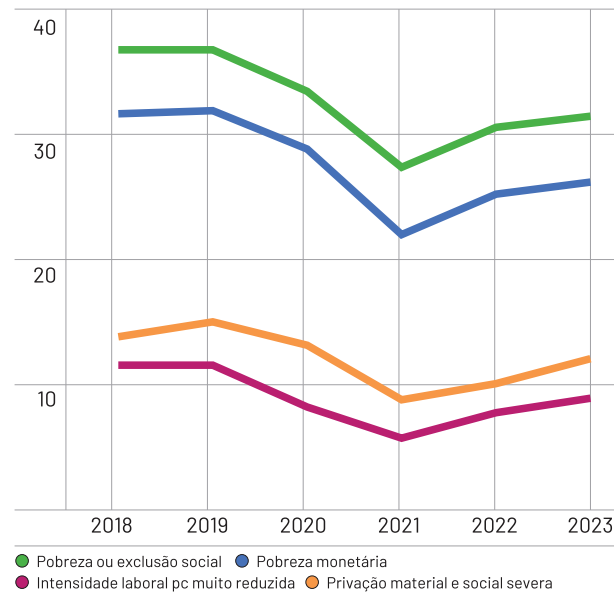
As Regiões Autónomas

Em 2023, considerando os principais indicadores de risco de pobreza ou exclusão social, a RAA posicionava-se como o território nacional mais vulnerável de todo o país. Com uma taxa de 31,4% de risco de pobreza ou exclusão social, este território protagonizava um aumento de 1,1 p.p. face ao ano anterior e distanciava-se em 11,3 p.p. da média nacional (20,1%) (Gráfico 21). Esta situação é reiterada pela análise do risco de pobreza monetária que, com uma taxa de 26,1%, configura também um aumento de 1,0 p.p. e estabelece uma distância de 9,1 p.p. face ao valor médio nacional (17%). Este cenário é complementado com o desempenho registado ao nível da intensidade laboral per capita muito reduzida (8,9%), apontando para um aumento de 1,3 p.p. e um afastamento de 2,6 p.p. da média nacional (6,3%) e, muito particularmente, ao nível privação material e social severa que apresenta uma taxa de 12%, ou seja, mais do dobro da taxa média nacional (4,9%) e agravada em 2,2 p.p. face ao ano anterior.

Já em 2018 (primeiro ano do inquérito com dados disponíveis para NUTS II), a RAA se posicionava como o território com maior nível de pobreza ou exclusão social, assim como com as maiores taxas de pobreza monetária, privação material e social severa e intensidade laboral muito reduzida. Desde então e até ao presente, regista-se uma diminuição transversal de todos os indicadores: -14% taxa de risco de pobreza ou exclusão social; -17,4% taxa de risco de pobreza monetária; -21,9% intensidade laboral per capita muito reduzida e -11,8% privação material e social severa (Gráfico 18). Contudo, esta trajetória decrescente parece ser claramente marcada por dois períodos e dois movimentos de sentido contrário. Entre 2018 e 2021, assiste-se a uma dinâmica de redução destes indicadores, marcado por uma forte intensidade (-24,7% taxa de risco de pobreza ou exclusão social; -30,7% taxa de risco de pobreza monetária; -51,8% intensidade laboral per capita muito reduzida e -36,0% privação material e social severa) e, desde 2021 até ao presente, observa-se um aumento em todos os indicadores (+14,2% taxa de risco de pobreza ou exclusão social; +19,2% taxa de risco

de pobreza monetária; +61,8% intensidade laboral per capita muito reduzida e +37,9% privação material e social severa).

21 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE PES – R.A. AÇORES PORTUGAL (2018-2023 | %)

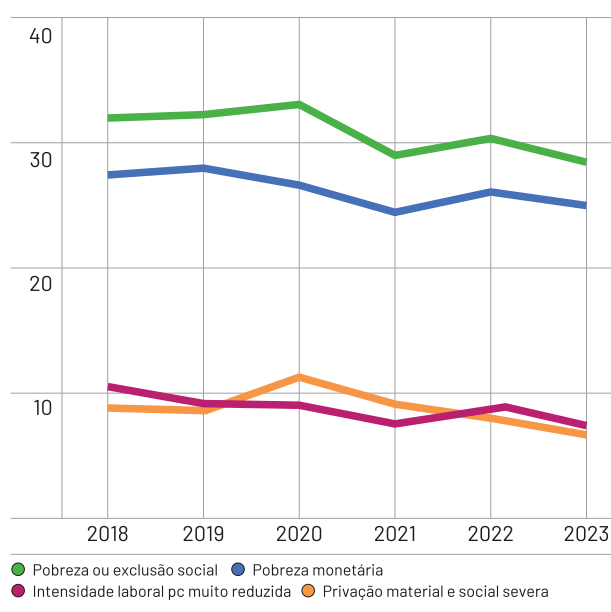


Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_peps11n]

A RAM acompanha a RAA, no que concerne à vulnerabilidade acrescida ao risco de pobreza ou exclusão, por comparação aos territórios do Continente. Porém, a Região apresenta uma situação atual mais positiva e uma trajetória um pouco diferente da sua congénere insular. Assim, em 2023, os indicadores sobre o risco de pobreza ou exclusão social colocam a RAM na segunda posição de maior vulnerabilidade nacional, logo a seguir à RAA. Contudo, ao contrário da RAA, no presente inquérito observam-se dinâmicas de variação anual decrescente ao nível de todos os indicadores: -2,1 p.p. na taxa de risco de pobreza ou exclusão social (28,1%, posicionando-se 8 p.p. acima da média nacional); -1,1 p.p. na taxa de risco de pobreza monetária (24,8%, posicionando-se 7,8 p.p. acima da média nacional); -1,4 p.p. na intensidade laboral per capita muito reduzida (7,4%, posicionando-se 1,1 p.p. acima da média nacional) e -1,5 p.p. na taxa de privação material e social severa (6,3%, posicionando-se 1,4 p.p. acima da média nacional).

O percurso de redução dos níveis de redução de pobreza na RAM assume uma configuração ligeiramente distinta da que se observa na RAA. No que concerne à variação registada entre 2023 e 2018, a trajetória da RAM caracteriza-se da seguinte forma: -11,9% na taxa de risco de pobreza ou exclusão social; -9,8% na taxa de risco de pobreza monetária; -28,8% na intensidade laboral per capita muito reduzida e -28,8% na privação material e social severa (Gráfico 22). Portanto, por comparação à RAA, neste período, a RAM apresenta desempenhos destacadamente mais positivos ao nível da diminuição da intensidade laboral per capita muito reduzida e, sobretudo, da privação material e social severa. É também relevante notar que a RAM descreve uma evolução mais irregular, com um aumento da pobreza ou exclusão social até 2020 e uma importante redução em 2021, seguindo-se, em 2022, um aumento da pobreza ou exclusão social, acompanhado por um aumento da pobreza monetária e da intensidade laboral muito reduzida. Atendendo à intermitência que vem caracterizando a evolução destes indicadores na Região, é de forma positiva, mas cautelosa, que se destaca a variação negativa ocorrida entre 2023 e 2022, ao nível de todos os indicadores em análise.

22 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE PES – R.A. MADEIRA PORTUGAL (2018-2023 | %)



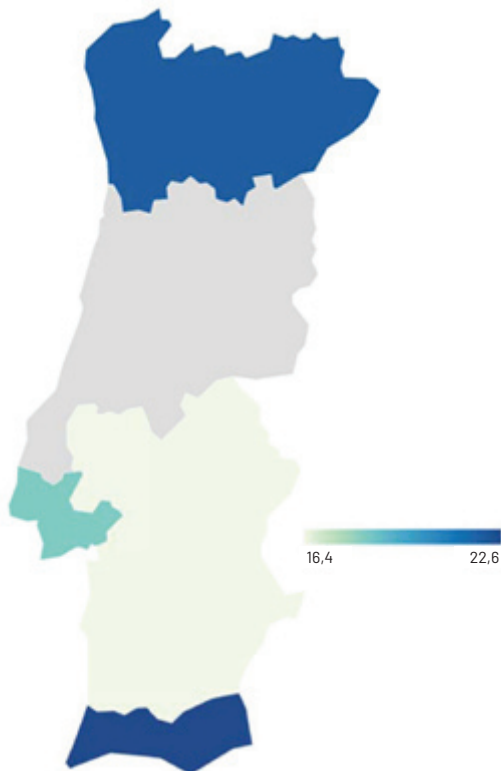
Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_peps11n]

As desigualdades territoriais e a discrepância entre os valores observados na Regiões Autónomas constitui uma das preocupações expressas na Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, que assume, entre as suas metas, a redução da disparidade da taxa de pobreza dos diferentes territórios até 3 p.p., em relação à taxa média nacional. Em 2021, registaram-se os valores mais próximos desses objetivos, com a RAA a distar 3,5 p.p. e a RAM 5,8 p.p. da média nacional. Atualmente, essa distância encontra-se dilatada, colocando a RAA a 9,1 p.p. e a RAM a 7,8 p.p. da taxa média nacional de risco de pobreza.

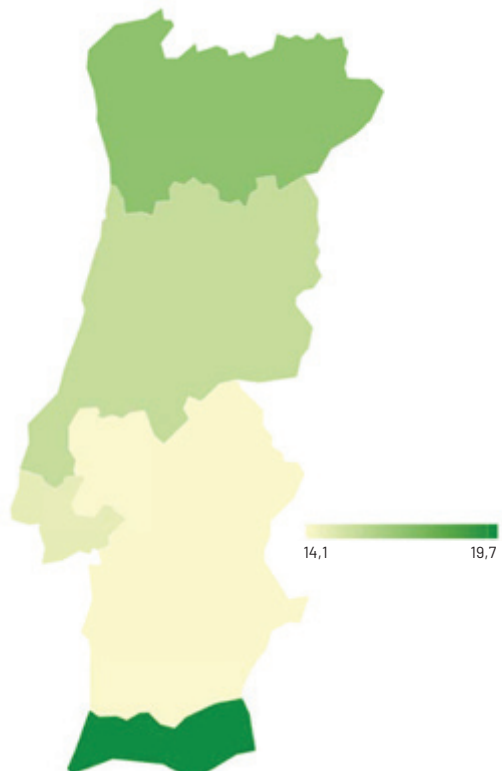
As Regiões Continentais

Na análise do território Continental, em 2023, à semelhança de anos anteriores, as Regiões do Norte e do Algarve destacam-se com as mais elevadas taxas de risco de pobreza ou exclusão social (22,0% e 22,6%, respetivamente) e risco de pobreza monetária (18,8% e 19,7%, respetivamente). Já no que concerne à intensidade laboral per capita muito reduzida e à privação material e social severa, a AML surge, pela primeira vez, com os valores mais elevados registados no Continente, 8,3% para o primeiro indicador (seguindo-se a Região Centro, com 6,5%) e 5,3% para o segundo (sendo perfilada pela Região Norte, com 5,2%). Neste ano, a AML regista ainda um crescimento assinalável na sua taxa de risco de pobreza ou exclusão social (18,3%, representando um acréscimo de 3,8 p.p.) e, muito particularmente, na sua taxa de risco de pobreza monetária (14,7%, representando um acréscimo de 4,3 p.p.). Na verdade, é o desempenho registado ao nível da AML, nos diferentes indicadores de pobreza ou exclusão social, que poderá explicar o aumento observado do risco de pobreza ou exclusão social nas áreas densamente povoadas (conforme anteriormente descrito para o indicador referente aos graus de urbanização). Não obstante o comportamento atípico observado no presente inquérito na AML, que aponta para um aumento, acima da média nacional, da vulnerabilidade do território para os indicadores

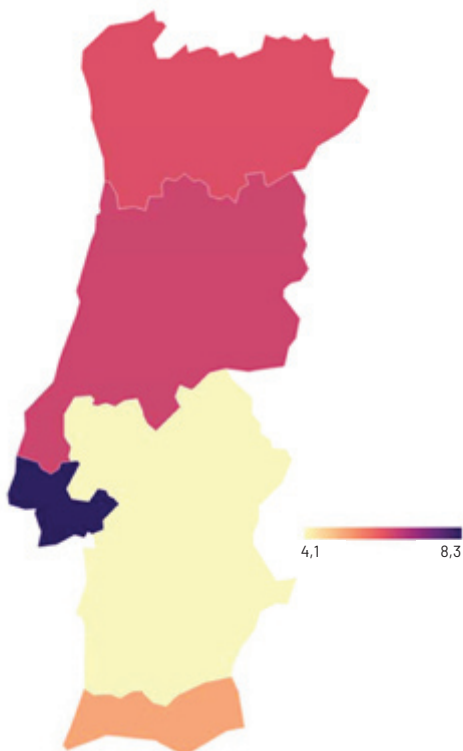
RISCO DE POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL
PORTUGAL CONTINENTAL - NUTS II (2023 | %)



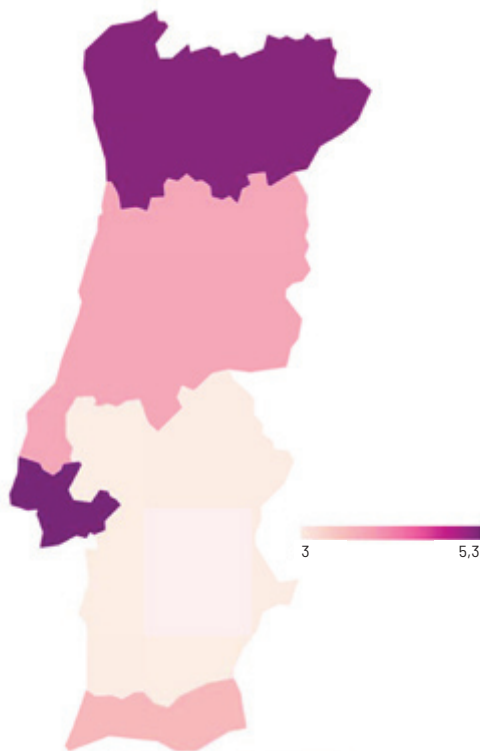
RISCO DE POBREZA MONETÁRIA
PORTUGAL CONTINENTAL - NUTS II (2023 | %)



INTENSIDADE LABORAL PC MUITO REDUZIDA
PORTUGAL CONTINENTAL - NUTS II (2023 | %)



PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL SEVERA
PORTUGAL CONTINENTAL - NUTS II (2023 | %)



de intensidade laboral per capita muito reduzida e da privação material e social severa, no que respeita às taxas de risco de pobreza ou exclusão social e pobreza monetária, a AML apresenta valores que se situam abaixo dos registos médios nacionais. De facto, a taxa de risco de pobreza ou exclusão social dista 1,8 p.p. abaixo da taxa nacional (20,1%) e a taxa de pobreza monetária encontra-se a 2,3 p.p. abaixo da congénere nacional.

No que concerne à evolução registada nas Regiões do Continente, entre 2018 e 2023, observa-se uma diminuição do risco de pobreza ou exclusão social nas Regiões do Alentejo (-22,3%), Centro (-21,5%), Norte (-4,3%) e Algarve (-2,6%) e um aumento na AML (+10,9%). A dinâmica decrescente do risco de pobreza monetária observa-se unicamente nas Regiões do Alentejo (-16,6%) e do Centro (-16,1%). Assim, no período considerado, a vulnerabilidade à pobreza monetária aumenta nas Regiões da AML (+19,5%), do Algarve (+5,9%) e do Norte (+1,1%).

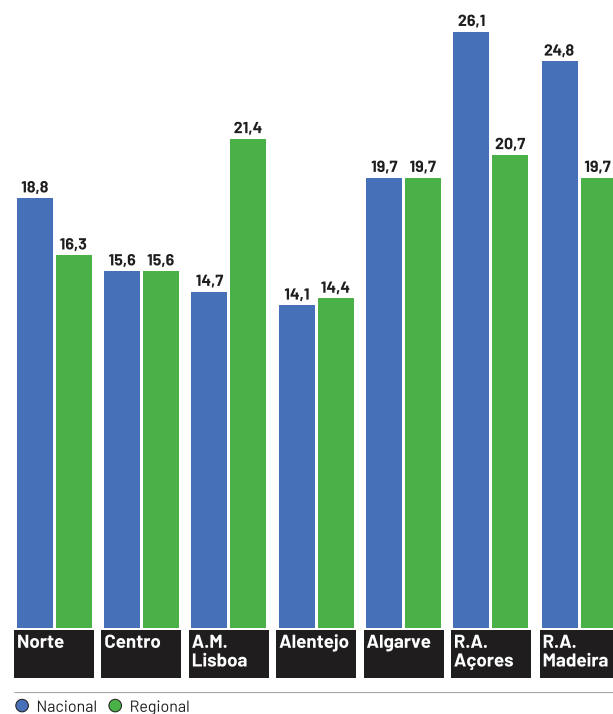
Numa perspetiva longitudinal, entre 2018 e 2023, regista-se uma assinalável diminuição dos níveis de privação material e social severa que, com diferentes intensidades, assiste a todos os territórios do Continente: Algarve (-53,2%), Alentejo (-48,3%), Centro (-33,3%), Norte (-26,8%) e AML (-10,2%). No indicador relativo à intensidade laboral per capita muito reduzida, o país regista tendências de sentido contrário entre as diferentes Regiões, apresentando-se dinâmicas de redução no Alentejo (-45,9%), Norte (-38,0%) e Algarve (-22,4%) e de aumento muito acentuado na AML (+59,6%) e de menor expressão no Centro (+3,2%).

A análise do risco de pobreza pode ser complementada através do cálculo e da mobilização de limiares de pobreza regionais. Nesta ótica, em cada região NUTS II, a linha de pobreza regional

corresponderá proporção de habitantes nessa região que vivem com rendimentos monetários disponíveis equivalentes inferiores a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários disponíveis equivalentes dessa mesma região. A mobilização de linhas de pobreza regionais resulta no aumento do risco de pobreza para as regiões com rendimento mediano superior ao rendimento mediano nacional (21,4%, na AML e 14,4% no Alentejo) e na redução do risco de pobreza para as restantes. Neste último caso, a diminuição é muito acentuada para as Regiões Autónomas: na RAM, passa de 24,8%, com base na linha nacional, para 19,7%, com base na linha regional; e na RAA 26,2%, com base na linha nacional, para 20,7% com base na linha regional.

23 RISCO DE POBREZA, POR LIMIAR NACIONAL E LINHAS REGIONAIS DE POBREZA

PORTUGAL - NUTS II (2023) | %



Fonte: Eurostat, EU-SILC 2023 [ilc_peps11n]

05

Com menos de 591€ por mês...

Caraterização da população abaixo do limiar de pobreza

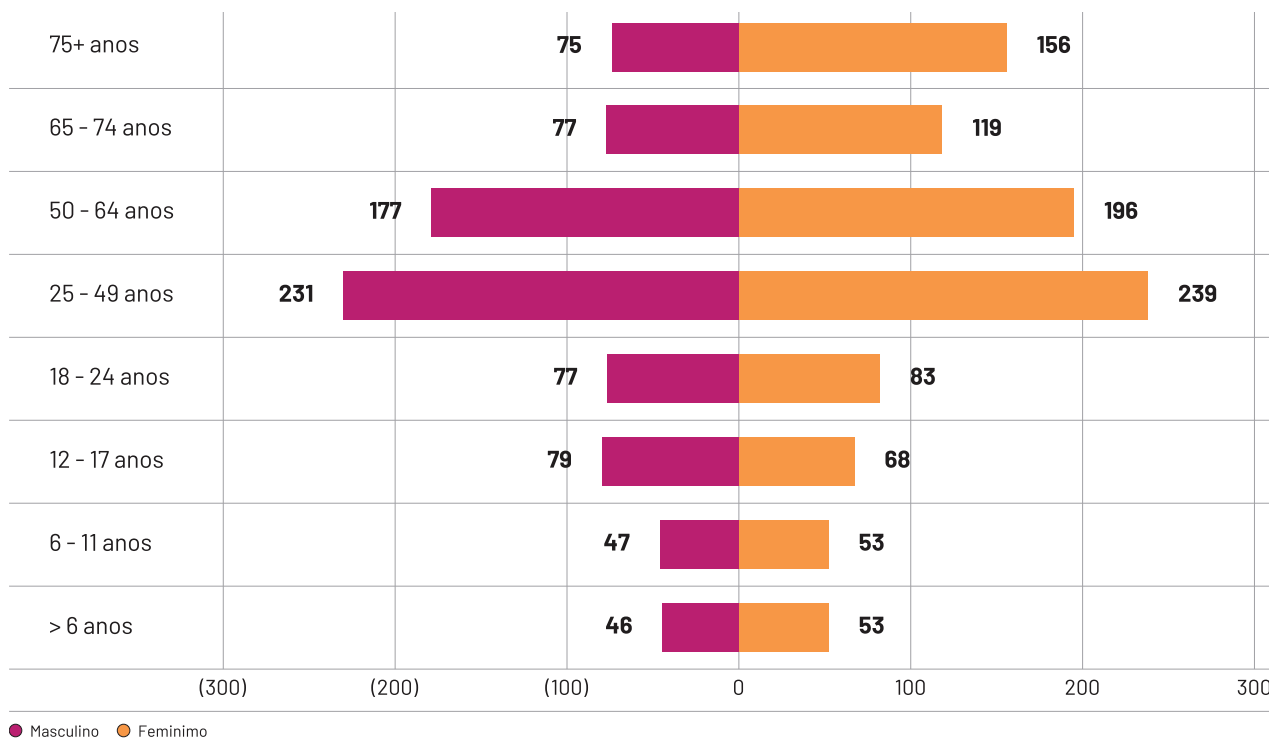
No ponto 3 deste relatório, procedeu-se a uma análise da vulnerabilidade dos grupos sociais ao risco de pobreza ou exclusão social, ou seja, considerando privilegiadamente uma leitura das taxas mais elevadas nos indicadores de pobreza ou exclusão social por categoria, portanto, considerando a proporção das pessoas em situação de vulnerabilidade nos grupos sociais em análise. Neste ponto, avança-se uma perspetiva analítica diferente e que pretende caracterizar a população abaixo do limiar de pobreza e que, assim, se centra exclusivamente nos dados respeitantes à pobreza monetária.

De acordo com o inquérito de 2023, viviam em Portugal 1781 mil pessoas em risco de pobreza, ou seja, com um rendimento mensal inferior a 591€/mês. Esta população é constituída maioritariamente por mulheres (54%). Mais de meta-

de da população em risco de pobreza tem entre 18 e 64 anos (56,5%). A população idosa (65 ou mais anos) constitui cerca de 1/4 da população em situação de pobreza (24%) e quase 1/5 são crianças (com menos de 18 anos)(19,5%).

Em 2023, mais de metade das pessoas em situação de pobreza vive em *agregados familiares com crianças dependentes* (56,7%)(Gráfico 25). Dentro desta categoria, destacam-se particularmente as famílias potencialmente alargadas, no que concerne ao número de pessoas que a integram, designadamente do tipo *três ou mais adultos com crianças dependentes* (22,4%) e, com uma menor expressão, a tipologia *dois adultos e três ou mais crianças dependentes* (10,7%). Desde o inquérito anterior, regista-se um aumento da proporção de pessoas em situação de pobreza a viverem em *agregados familiares com crianças dependentes* (+0,9 p.p.), notavelmente na tipologia *três ou mais adultos*

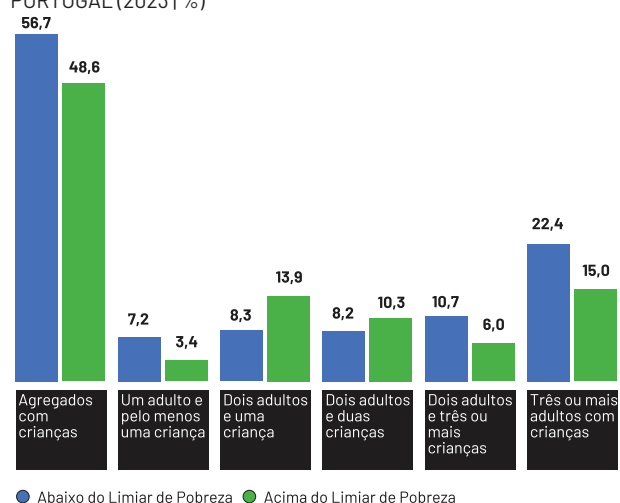
24 PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO EM RISCO DE POBREZA PORTUGAL (2023 | MILHARES)



Fonte: Eurostat, EU-SILC 2023 [ilc_li02]

com crianças dependentes (+1,8 p.p.). A especificidade da população que vive abaixo do limiar de pobreza, no que concerne à sua composição familiar, adquire contornos mais claros quando se procede à comparação com a população congénere acima do limiar de pobreza. Sublinhe-se, desde logo a menor proporção geral de pessoas acima do limiar de pobreza que vivem em *agregados familiares com crianças dependentes* (48,6%, representando um diferencial de 8,1 p.p.). Nesta ótica comparativa, destaca-se igualmente, entre a população que vive abaixo do limiar de pobreza, a sobrerrepresentação das tipologias: *três ou mais adultos com crianças dependentes* (+7,4 p.p.); *dois adultos e três ou mais crianças dependentes* (+4,7 p.p.) e *um adulto e pelo menos uma criança dependente* (+3,8 p.p.).

25 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR LIMIAR DE POBREZA E TIPO DE AGREGADO FAMILIAR COM CRIANÇAS DEPENDENTES PORTUGAL (2023 | %)



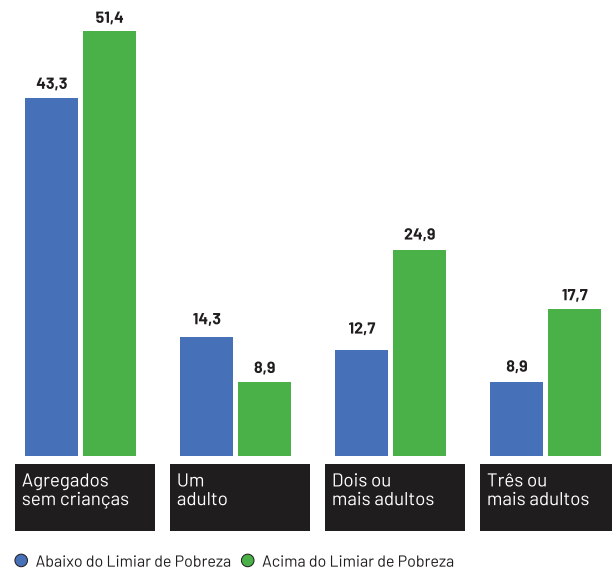
Fonte: Eurostat, EU-SILC 2023 [ilc_lvps02]

Note-se que o cálculo do limiar de pobreza tem como referência o conceito de rendimento equivalente, que atende às diferenças na dimensão e composição dos agregados, e é obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de *adultos equivalentes*. Ora, *adulto equivalente* é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE. Esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro de cada agregado (consideram-se adultos para efeito deste cálculo os indivíduos com 14 e mais anos). Portanto, a prevalência de agregados familiares alargados (com cinco ou mais indivíduos) e integrando crianças (particularmente, nos casos em que estas têm menos de 14 anos de idade) na população que vive abaixo do limiar de pobreza é particularmente agravada por este critério de cálculo que atribui uma ponderação inferior a 1 para os demais membros do agregado familiar, para além do primeiro adulto. Em termos práticos, a título de exemplo, isto significa, que o limiar de pobreza para um agregado familiar composto 5 pessoas (2 adultos e 3 crianças com idades inferiores a 14 anos) é de 1418,40€ (Adulto 1, 591€x1=591€; Adulto 2, 591€x0,5=295,5€; Cada criança, 591€x0,3=177,3€)

Cerca de 43,3% das pessoas abaixo do limiar de pobreza vivem em agregados sem crianças dependentes (Gráfico 26). Nesta categoria, perfilam-se, por ordem decrescente, as tipologias que respeitam a *um adulto* (14,3%), *dois adultos* (12,7%) e *três adultos* (8,9%). As famílias unipessoais que vivem abaixo do limiar de pobreza são predominantemente compostas por *mulheres* (10,2%) e por pessoas com *65 anos ou mais* (9,2%). A sobre-representação dos adultos que vivem isolados abaixo do limiar de pobreza cifrase em 5,4 p.p., por comparação ao grupo identificado acima do limiar de pobreza.

26 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR LIMIAR DE POBREZA E TIPO DE AGREGADO FAMILIAR SEM CRIANÇAS DEPENDENTES

PORTUGAL (2023 | %)

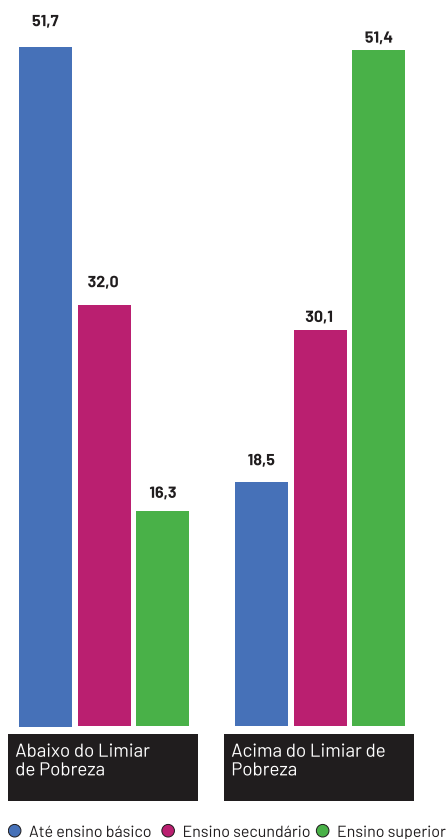


Fonte: Eurostat, EU-SILC 2023 [ilc_lvps02]

Os dados disponíveis não permitem caracterizar a população em risco de pobreza por nível de escolaridade, mas possibilitam a análise da distribuição das crianças em situação de pobreza, pelo nível de escolaridade dos pais. O Gráfico 27 evidencia de forma muito clara a situação diametralmente oposta em que se encontram as crianças que vivem abaixo ou acima do limiar de pobreza, atendendo ao nível de escolaridade dos pais. Enquanto 51,7% das crianças em situação de pobreza têm pais que possuem, no máximo, ensino básico e apenas 16,3% têm pais com o ensino superior, as crianças sem risco de pobreza têm proporções quase opostas: os pais de 18,5% destas crianças têm, no máximo, o ensino básico e 51,4% têm o ensino superior. Face ao ano anterior, esta situação alterou-se ligeiramente, observando-se uma diminuição de 4,3 p.p. das crianças em situação de pobreza cujos pais têm, no máximo, o ensino básico e um aumento de 2,3 p.p. referente ao ensino superior.

27 DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS (POPULAÇÃO <18 ANOS) POR LIMIAR DE POBREZA E NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PAIS

PORTUGAL (2023 | %)



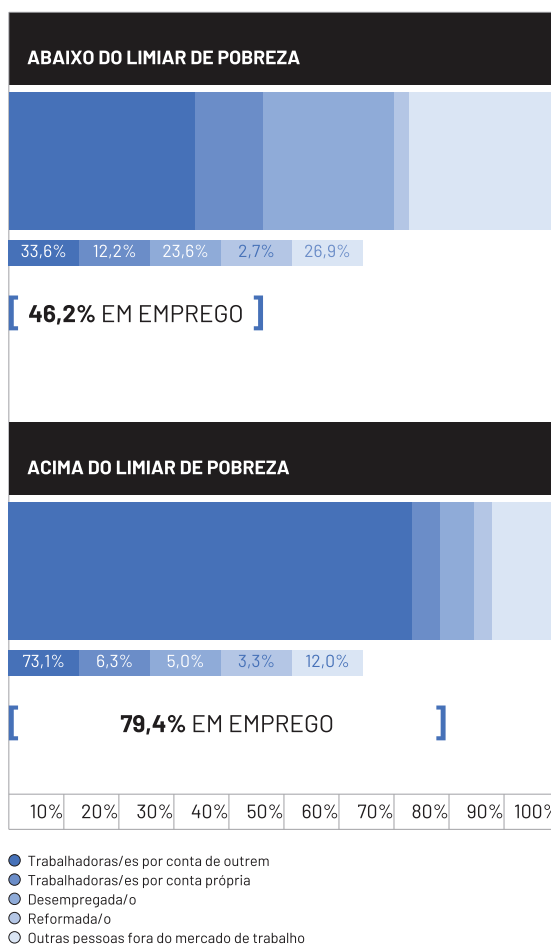
Fonte: Eurostat, EU-SILC 2023 [ilc_lvps25]

A população adulta, com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos de idade, abaixo do limiar de pobreza encontra-se dividida, em níveis muito próximos, pela situação de *sem emprego* (53,8%) e *em emprego* (46,2%). A participação no mercado de trabalho constitui um fator protetor do risco de pobreza, por isso, é inaceitável, mas, ainda assim, pouco surpreendente que se constate que cerca de metade das pessoas que vivem abaixo do limiar de pobreza se encontrem *desempregadas* (23,6%) ou consideradas por diferentes motivos *fora do mercado trabalho* (26,9%). Esta situação, relativa às pessoas *sem emprego*, contrasta fortemente com a proporção de 20,6% identificada na estrutura populacional que se encontra acima do limiar de pobreza. Contudo, sendo uma condição importante para obliterar o risco de pobreza, estar em emprego não se revela suficiente para quase metade das pessoas que vivem abaixo do limiar de pobreza (46,2%) e que se encontram a trabalhar *por conta*

de outrem (33,6%) ou por conta própria (12,2%). Entre outros fatores, a valorização diferenciada de áreas de atividade e domínios profissionais apoia a compreensão a segregação horizontal operada no seio do mercado trabalho. Considerando a estrutura ocupacional da população que vive abaixo do limiar de pobreza, identifica-se predominantemente *pessoal dos serviços e vendedoras/es* (24,3%), operários/as, artífices e trabalhadores/as similares (19,5%) e trabalhadores/as não qualificadas/os (16,4%).

28 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO (18-64 ANOS) POR LIMIAR DE POBREZA E CONDIÇÃO OERANTE O TRABALHO

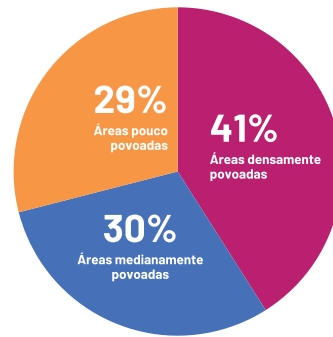
PORTUGAL (2023 | %)



Fonte: Eurostat, EU-SILC 2023 [ilc_lvhi02]

Apesar do maior risco de pobreza existente nas zonas rurais, é nos grandes aglomerados populacionais que se encontra a maior parte da população em risco de pobreza. Em 2023, viviam 729 mil pessoas em situação de pobreza nas áreas *densamente povoadas*, correspondendo a 41% da população abaixo do limiar de pobreza. Os dados do último inquérito assinalam um aumento de 18,5% da população abaixo do limiar de pobreza a viver em áreas *densamente povoadas*, ou seja, mais 114 mil pessoas.

29 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM RISCO DE POBREZA POR GRAU DE URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PORTUGAL (2023 | %)



Fonte: Eurostat, EU-SILC 2023 [ilc_li43]

06

A heterogeneidade da privação material e social

O conceito de privação material e social é objetivado por via de um conjunto de treze itens relacionados com as necessidades sociais e económicas e de bens duráveis das famílias. Considera-se uma situação de privação material e social severa quando, por dificuldades de ordem económica, não existe acesso a, pelo menos, sete dos treze itens de referência. Analogamente, identifica-se uma situação de privação material e social quando, por dificuldades de ordem económica, não existe acesso a, pelo menos, cinco dos treze itens de referência. Em 2023, a taxa média de privação material e social severa situa-se nos 4,9%, representando uma diminuição de 7,5%, face a 2022. Mas, a taxa de privação material social é bastante superior (12%) e apresenta uma dinâmica de redução bastante menos expressiva (-0,8%). O nível de privação não se distribui de forma regular pela população, destacando-se as

taxas médias de privação material e social observadas entre as pessoas com 65 ou mais anos (15,3%) e, muito particularmente, entre as mulheres com 65 ou mais anos (17%).

O indicador médio permite uma leitura global do nível de privação, mas não permite analisar as diferenças que se registam entre os diferentes itens de privação contemplados pelo indicador. A partir dessa análise mais detalhada e considerando o inquérito de 2023 (Tabela 1), destaca-se o aumento da proporção de pessoas afetadas pelas seguintes limitações por dificuldades económicas: 39,8% das pessoas vivem em agregados sem capacidade financeira para substituir mobiliário usado (36,3% em 2022); 38,9% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa (37,2% em 2022); 30,5% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para pagar uma despesa inesperada próxima do valor mensal da

linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo) (29,9% em 2022); 20,8% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida (17,5% em 2022); 7,7% das pessoas não podem encontrar-se com amigos/familiares para uma bebida/refeição, pelo menos uma vez por mês, por motivos económicos (6,1% em 2021).

Inversamente, destaca-se a diminuição de 6,1% para 5,2% das pessoas que vivem em agregados que tiveram atrasos em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal.

TABELA 02 ITENS DE PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL
PORTUGAL (2023 E 2022 | %)

ITENS	2023	2022
Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo)	30,5	29,9
Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado	38,9	37,2
Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal	5,2	6,1
Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias	2,3	3,0
Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida	20,8	17,5
Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas	4,7	4,3
Sem possibilidade de substituição do mobiliário usado	39,8	36,3
Sem possibilidade de substituição de roupa usada por alguma roupa nova (excluindo a roupa em segunda mão)	6,8	7,3
Sem possibilidade de ter dois pares de sapatos de tamanho adequado (incluindo um par de sapatos para todas as condições meteorológicas)	0,9	1,0
Sem possibilidade para gastar semanalmente uma pequena quantia de dinheiro consigo próprio	10,3	9,7
Sem possibilidade de participação regular numa atividade de lazer	10,9	10,4
Sem possibilidade de encontro com amigos/familiares para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês	7,7	6,1
Sem possibilidade para ter acesso à internet para uso pessoal em casa	2,5	2,6

Fonte: Eurostat, EU-SILC 2023 [ilc_mddd01]

07

Portugal e a União Europeia

Enquadramento dos indicadores de Pobreza ou Exclusão Social

Os indicadores mobilizados para analisar a pobreza ou exclusão social decorrem também das necessidades e dos objetivos definidos ao nível da Estratégia Europeia 2030. No âmbito do Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e do Compromisso Social do Porto de 2021 (Presidência do Conselho da UE, 2021) foi definida a meta de redução da pobreza ou exclusão social em 15 milhões de pessoas em situação de pobreza ou exclusão social na UE até 2030. Interessa, também por isso, aferir em termos comparativos a evolução registada pelos diferentes Estados-membros e, entre estes, posicionar o desempenho português.

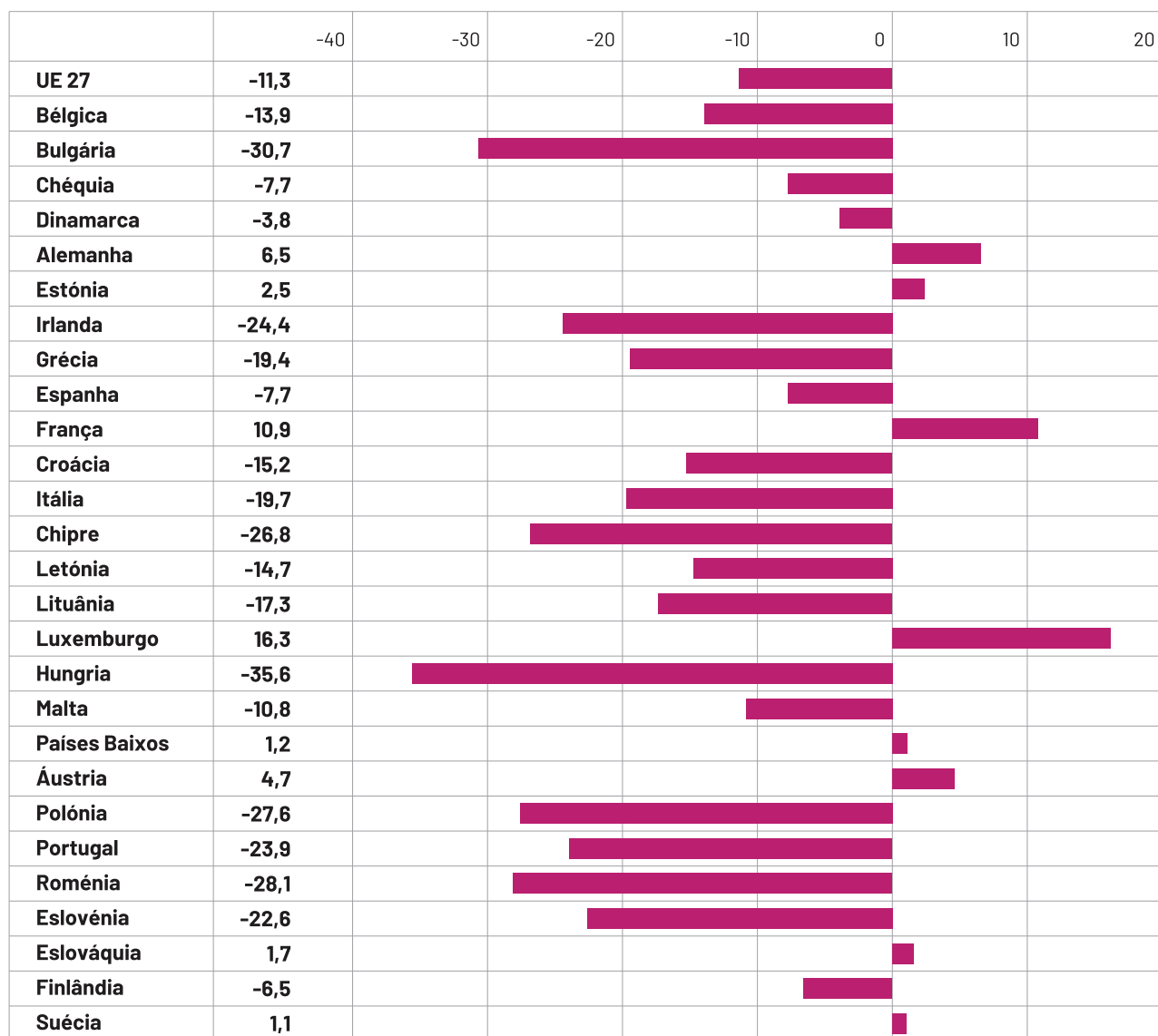
Entre 2015 e 2023, Portugal enquadra-se no grupo de países que protagonizaram dinâmicas de redução do risco de pobreza ou exclusão social. Para um valor médio de -11,3% ao nível da UE-27, Portugal regista uma diminuição média de

23,9%. O grupo dos países em que se observam movimentos de redução do risco de pobreza ou exclusão social de valor superior ao português é composto por: Hungria (-35,6%), Bulgária (-30,7%), Roménia (-28,1%), Chipre (-26,8%) e Irlanda (-24,4). Em 2015, Portugal apresentava uma taxa de risco de pobreza ou exclusão social de 26,4% e posicionava-se acima da média da UE (24%), ocupando o 9º lugar na ordenação dos países por maior valor registado. Em 2023, Portugal localiza-se na 13ª posição e regista uma taxa média de risco de pobreza ou exclusão social abaixo da média europeia (20,1% em Portugal e 21,3% na UE). Apesar da evolução claramente positiva deste indicador, é importante sublinhar que mais de 2 milhões de pessoas vivem em risco de pobreza ou exclusão social em Portugal (2 104 mil pessoas) e que apesar da manutenção da taxa registada em 2023, se observou um aumento do número de pessoas nessa situação.

No período compreendido entre 2015 e 2023, a evolução do fenómeno da pobreza ou da exclusão social no contexto da UE-27 é também pautada por preocupantes dinâmicas de crescimento observadas nos seguintes países: Luxemburgo (+16,3%), França (+10,9%), Alemanha (6,5%), Áustria (4,7%), Estónia (2,6%), Eslováquia (1,7%), Países Baixos (1,2%) e Suécia (1,1%). Note-se que

o aumento da taxa de risco de pobreza ou exclusão social, particularmente nos casos da França e da Alemanha, ameaça de forma muito direta o cumprimento da meta definida na Estratégia Europeia 2030, de redução do número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em, pelo menos, 15 milhões de pessoas, incluindo pelo menos 5 milhões de crianças.

30 VARIACÃO DA TAXA DE RISCO DE POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL NA UE
UNIÃO EUROPEIA 27 (2020) (2015-2023 | %)



Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_peps01n]

A análise do indicador relativo à pobreza monetária apresenta algumas especificidades face ao indicador precedente que interessa também destacar. Concretamente no caso português, entre 2015 e 2023, observa-se uma diminuição do risco de pobreza na ordem dos -12,8%, portanto, menos expressiva do que a se registou ao nível do risco de pobreza ou exclusão social. Na lista ordenada dos países com maiores níveis de pobreza, Portugal desce uma posição, de 10^o para 11^o, o que constitui um registo positivo, mas apresenta, nos dois momentos, taxas de risco de pobreza superiores à média europeia (em 2015, Portugal

tem 19,5% para uma média europeia de 17,4% e em 2023 tem 17% para uma média europeia de 16,7%). No espaço europeu, no movimento geral de diminuição média de 6,9%, do risco de pobreza, identificam-se dinâmicas bastante assimétricas de crescimento e de redução do fenómeno. O aumento da pobreza observa-se particularmente nos Países Baixos (+23,3%), no Luxemburgo (+22,9%), na Eslováquia (+16,3%) e em França (+13,2%). Inversamente, é na Irlanda (-25,9%), na Polónia (-20,5%), na Bélgica (-17,4%) e na Roménia (-16,9%) que se registam as diminuições quantitativas mais expressivas deste fenómeno.

31 VARIAÇÃO DA TAXA DE RISCO DE POBREZA MONETÁRIA NA UE UNIÃO EUROPEIA 27(2020)(2015-2023 | %)



Fonte: Eurostat, EU-SILC 2015-2023 [ilc_peps01n]

